

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**RENAN RONCHI DE ASSIS**

**PERCEPÇÃO DOS PÁROCOS SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM  
ESTUDO NAS PARÓQUIAS DA DIOCESE DE CRICIÚMA/SC**

**CRICIÚMA/SC**

**2025**

**RENAN RONCHI DE ASSIS**

**PERCEPÇÃO DOS PÁROCOS SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM  
ESTUDO NAS PARÓQUIAS DA DIOCESE DE CRICIÚMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Me. Sérgio Mendonça da Silva

**CRICIÚMA/SC**

**2025**

**RENAN RONCHI DE ASSIS**

**PERCEPÇÃO DOS PÁROCOS SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM  
ESTUDO NAS PARÓQUIAS DA DIOCESE DE CRICIÚMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial

Criciúma, 02 de julho de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Sérgio Mendonça da Silva – Mestre – UNESC – Orientador

Prof. Silvio Parodi Oliveira Camilo – Doutor – Unesc - Examinador

Prof. João Vanio Mendonça Cardoso - Doutor -Unesc - Examinador

**Dedico este trabalho a Deus, fonte da minha  
força, e à minha família, base do meu  
caminho.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me sustentado em cada etapa desta caminhada, concedendo sabedoria, saúde e serenidade para enfrentar os desafios.

À minha família, em especial aos meus pais, Afonso e Suzana, pelo amor, apoio incondicional e por acreditarem nos meus sonhos mesmo nos momentos em que duvidei de mim. Vocês são o alicerce da minha vida e da minha formação.

Ao professor orientador, Sérgio Mendonça da Silva, pela orientação precisa, pela paciência, incentivo e dedicação na condução deste trabalho. Sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às colegas Thainara e Millena, pela parceria, companheirismo e apoio mútuo ao longo dessa trajetória acadêmica. Compartilhar esta caminhada com vocês foi essencial.

À UNESC e ao corpo docente do curso de Ciências Contábeis, pelo conhecimento transmitido e pela formação acadêmica que levarei para toda a vida.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos.

**“A administração transparente e responsável é uma forma concreta de evangelização”.**

**Papa Francisco**

## PERCEPÇÃO DOS PÁROCOS SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO NAS PARÓQUIAS DA DIOCESE DE CRICIÚMA/SC

Renan Ronchi de Assis<sup>1</sup>  
Prof. Me. Sérgio Mendonça da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo aborda a percepção dos párocos sobre a governança corporativa nas paróquias da Diocese de Criciúma/SC, focando nos cinco princípios norteadores definidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC): integridade, transparência, equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas. A pesquisa é qualitativa e descritiva, utilizando questionários aplicados aos párocos para avaliar como esses princípios são percebidos e aplicados nas práticas administrativas paroquiais. Os resultados indicam uma alta adesão ao princípio da integridade, com destaque para a honestidade e a coerência nas ações, seguidos pela equidade e transparência. Contudo, alguns desafios foram identificados, como a necessidade de aprimorar a comunicação financeira e os mecanismos de auditoria externa. A pesquisa destaca a importância de uma gestão ética, transparente e responsável nas paróquias, propondo que o fortalecimento dessas práticas contribua para a sustentabilidade das organizações religiosas no contexto do Terceiro Setor.

**Palavras-chave:** Gestão Paroquial. Gestão Eclesiástica. Contabilidade no Terceiro Setor. Práticas de Transparência Religiosa

**ÁREA TEMÁTICA:** Tema 06- Contabilidade Gerencial

### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo explora os principais aspectos da governança corporativa aplicados à administração das organizações religiosas, enfatizando a importância da transparência, da prestação de contas e do controle ético na administração dos recursos financeiros (Oliveira *et al.*, 2018). A crescente complexidade do ambiente regulatório e a demanda por maior responsabilidade têm impulsionado essas organizações a adotar práticas de governança que garantam a eficiência e a confiança das partes interessadas, incluindo fiéis, doadores e a sociedade em geral (Dall'Agnolet *et al.*, 2015).

No contexto das organizações religiosas, a governança corporativa é fundamental para assegurar que os recursos, muitas vezes provenientes de doações e contribuições, sejam administrados de maneira eficiente e transparente. A contabilidade, como um instrumento de gestão, desempenha um papel importante na administração desses recursos, fornecendo informações relevantes para a tomada de decisões e para a demonstração das responsabilidades da instituição frente às partes interessadas (Almeida Prado e Castro, 2007). Dessa forma, a contabilidade não é apenas um mecanismo de controle, mas também um meio de promover a transparência e a credibilidade, essenciais para a manutenção da confiança dos doadores e da comunidade (Ferrarezi, 2011).

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Mestre, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

A adoção de práticas de governança corporativa nas organizações religiosas do Terceiro Setor, como a Igreja Católica, também se justifica pela necessidade de atender às exigências legais e fiscais impostas pelo ordenamento jurídico brasileiro. Desde a inclusão das organizações religiosas como pessoas jurídicas de direito privado no Código Civil Brasileiro, em 2003, essas instituições passaram a ter que cumprir com uma série de obrigações legais, fiscais e contábeis, como a manutenção de registros contábeis adequados e a prestação de contas regular (Carneiro, Oliveira e Torres, 2011).

Portanto, a governança corporativa nas organizações religiosas inclui a implementação de controles internos que permitam uma gestão eficaz e transparente. Isso é particularmente relevante em um ambiente onde a principal fonte de recursos advém de terceiros sejam eles indivíduos, empresas ou entidades governamentais. A governança eficiente requer não apenas a conformidade com os regulamentos e normas contábeis, mas também o engajamento ativo de todos os membros da organização na prática de uma gestão ética e responsável (Oliveira, 2018).

Por outro lado, o desafio da governança nas organizações religiosas está em equilibrar as exigências legais e fiscais com os princípios espirituais que norteiam suas operações. A Igreja Católica, por exemplo, deve operar dentro dos preceitos canônicos, que determinam diretrizes específicas para a administração de seus recursos, bem como para a prestação de contas e transparência financeira. A contabilidade, nesse contexto, serve não apenas como um requisito legal, mas como um meio de sustentar a missão e os valores da instituição (Neves, 2013).

A Igreja Católica Apostólica Romana, além de conduzir suas atividades, conforme os preceitos canônicos, também deve demonstrar uma preocupação com a prestação de contas, a transparência nas informações financeiras e com temas sociais, como igualdade e inclusão. Diante desse cenário, surge a seguinte questão de pesquisa para o estudo: qual é a percepção dos párocos das paróquias da Diocese de Criciúma/SC sobre os princípios da governança corporativa?

Com intuito de responder essa questão, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a percepção dos párocos das paróquias da Diocese de Criciúma/SC em relação aos princípios da governança corporativa.

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (a) Levantar o perfil das paróquias e dos párocos que compuseram a amostra deste estudo; (b) Identificar a percepção dos párocos sobre os princípios da governança corporativa; (c) Avaliar a compreensão e o reconhecimento dos princípios da governança corporativa pelos párocos.

A pesquisa contribui para o aprofundamento do debate acadêmico sobre a aplicação dos princípios da governança corporativa em organizações do Terceiro Setor, especialmente instituições religiosas, que ainda são pouco exploradas na literatura contábil e gerencial. Ao abordar um tema atual e relevante, o estudo amplia o campo de investigação sobre contabilidade aplicada à gestão eclesial.

Ao identificar a percepção das paróquias aos princípios da boa governança, o trabalho oferece subsídios concretos para a melhoria da gestão administrativa nas paróquias da Diocese de Criciúma. Os resultados podem servir como base para capacitações, ajustes nos processos internos e maior eficiência no uso dos recursos recebidos.

A transparência e a responsabilidade na gestão das instituições religiosas impactam diretamente a confiança da comunidade e a efetividade das ações sociais

desenvolvidas. Dessa forma, o estudo contribui para o fortalecimento do papel social da Igreja, promovendo práticas mais éticas e participativas na administração dos bens e serviços destinados à coletividade.

Em seguida, será abordada a fundamentação teórica, a fim de apresentar os principais conceitos e princípios que embasam a governança corporativa. Esses elementos são essenciais para a compreensão das práticas analisadas ao longo deste estudo, destacando a importância dos princípios de governança corporativa nas organizações religiosas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste estudo tem como propósito oferecer suporte conceitual à análise da percepção das paróquias sobre os princípios da governança corporativa, contextualizando a atuação das organizações religiosas no âmbito do Terceiro Setor. Para isso, são abordados os conceitos-chave relacionados à governança, bem como as características específicas das instituições sem fins lucrativos, com ênfase nas práticas de gestão, transparência e responsabilidade.

### 2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com Oliveira (2018), a governança corporativa é essencial para garantir que as organizações sejam geridas de maneira eficiente, ética e transparente, permitindo que alcancem seus objetivos de forma sustentável. Através da implementação de boas práticas, as organizações podem assegurar que suas operações estejam alinhadas com padrões elevados de responsabilidade e transparência.

Ferrarezi (2011) destaca que as práticas de governança corporativa devem ir além do cumprimento de obrigações legais, buscando também fortalecer a confiança dos doadores e a credibilidade junto à sociedade. Isso implica a adoção de mecanismos de transparência, prestação de contas e controle interno, que garantam a correta aplicação dos recursos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), as boas práticas de governança são instrumentos indispensáveis para promover a legitimidade e garantir a eficiência de qualquer tipo de organização. A adoção de conselhos de administração, auditorias externas e controles internos rigorosos são elementos-chave para assegurar que as decisões estratégicas estejam alinhadas com os princípios de transparência, equidade e responsabilidade (IBGC, 2014). Esses princípios contribuem para aumentar a credibilidade e a confiança das partes interessadas e para assegurar que as organizações operem de forma sustentável e ética.

Além disso, Carneiro *et al.* (2011) afirmam que a governança corporativa deve estar centrada na prestação de contas clara e transparente, o que é essencial para garantir a integridade e a confiança das partes interessadas. Um sistema de governança bem estruturado permite que a organização se mantenha competitiva e assegure a sustentabilidade de suas operações a longo prazo.

#### 2.1.1 Princípios da governança corporativa

De acordo com o IBGC (2014), a governança corporativa é orientada por cinco princípios fundamentais que garantem a sustentabilidade e a confiança nas

organizações. Esses pilares são a base para uma administração eficaz, ética e transparente. A seguir, são apresentados os principais princípios da governança corporativa, que servem como guias essenciais para as melhores práticas de gestão.

Quadro 1 – Princípios da Governança Corporativa

Princípios	Descrição
Princípio da Integridade	O princípio da integridade, segundo o IBGC, orienta que as organizações adotem um comportamento ético e coerente, evitando decisões influenciadas por conflitos de interesse. Para isso, é essencial que mantenham lealdade aos seus propósitos, garantam a transparência nas relações e ajam com responsabilidade diante de suas partes interessadas, promovendo uma governança confiável e sustentável (IBGC, 2023).
Princípio da Transparência	Segundo o IBGC (2023), transparência significa disponibilizar, de maneira clara, objetiva e tempestiva, as informações relevantes para as partes interessadas, inclusive as que vão além das exigidas por leis e regulamentos. Não deve haver omissão de informações para manipular interpretações. Como observado por Carneiro et al. (2011), a transparência contribui para aumentar a confiança dos doadores e fortalece a credibilidade da organização ao demonstrar compromisso com a clareza e veracidade dos dados.
Princípio da Equidade	Conforme o IBGC (2023), a equidade pressupõe o tratamento justo e isonômico de todos os sócios, colaboradores, clientes, fornecedores, credores e demais partes interessadas, considerando seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas. Rosini e Silva (2018) destacam que a equidade é essencial para evitar favoritismos e assegurar que os direitos de todos os participantes sejam respeitados, contribuindo para um ambiente corporativo mais ético e responsável.
Princípio da Responsabilidade Corporativa	De acordo com o IBGC (2023), responsabilidade corporativa refere-se à atuação consciente da organização em relação aos impactos de suas atividades na sociedade e no meio ambiente, buscando a sustentabilidade e o bem-estar social e ambiental no curto, médio e longo prazo. Rosini e Silva (2018) argumentam que a responsabilidade corporativa contribui para a sustentabilidade da organização ao alinhar suas operações com o bem-estar social e ambiental, promovendo o desenvolvimento sustentável e a reputação positiva da empresa.
Princípio da Prestação de contas	A prestação de contas exige que os agentes de governança sejam diligentes e responsáveis na prestação de contas de sua atuação, assumindo as consequências de seus atos e decisões, e respondendo de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas (IBGC, 2023). Para Carneiro, Oliveira e Torres (2011), a prestação de contas pode ser compreendida como uma postura responsável por parte das organizações, em que a prestação de contas é realizada de forma ética, transparente e comprometida com o correto uso dos recursos recebidos, evidenciando o cumprimento dos objetivos institucionais

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Dessa forma, os princípios apresentados no Quadro 1 servem como referência para avaliar a conduta administrativa das paróquias, permitindo identificar boas práticas de gestão alinhadas à ética, à transparência e à responsabilidade institucional. A compreensão desses pilares é essencial para analisar o comportamento organizacional das instituições religiosas diante das demandas contemporâneas por governança.

## 2.2 O TERCEIRO SETOR

De acordo com Madeira e Biancardi (2003), o terceiro setor emergiu nas últimas décadas como um importante ator na promoção do bem-estar social. Essas organizações foram criadas para suprir lacunas deixadas pelo setor público e pelo mercado privado, sendo especialmente eficazes em áreas como saúde, educação e assistência social. Embora atuem de forma independente, o terceiro setor colabora frequentemente com o governo e outras entidades privadas, buscando soluções

inovadoras e sustentáveis para problemas sociais complexos. Além disso, Madeira e Biancardi (2003) ressaltam que, mesmo sem fins lucrativos, essas organizações desempenham um papel indispensável na economia, tanto pela geração de empregos como pela mobilização de recursos e voluntários, o que reforça sua importância no desenvolvimento social.

### 2.2.1 Características do Terceiro Setor

Falconer (2002) esclarece que as organizações do terceiro setor têm como característica central o fato de operarem com uma missão pública e voltada ao interesse coletivo, mas com uma gestão privada e autônoma. Essas entidades são conhecidas por não terem a distribuição de lucros como objetivo e por investirem integralmente seus recursos em suas finalidades sociais. Madeira e Biancardi (2003) complementam que as organizações do terceiro setor são estruturadas com base em princípios de solidariedade e cooperação, destacando-se pela mobilização de recursos, tanto humanos quanto financeiros, provenientes da sociedade civil. O envolvimento voluntário, de acordo com os autores, é uma das grandes forças dessas instituições, visto que traz um alto grau de engajamento da comunidade, ao mesmo tempo em que reduz os custos operacionais. Contudo, Falconer (2002) argumenta que essas organizações, apesar de sua missão nobre, enfrentam dificuldades no que tange à gestão eficiente, sendo necessário que adotem boas práticas de governança para garantir sua sustentabilidade.

Ainda conforme Falconer (2002), outra característica relevante é a flexibilidade dessas organizações para atuar de forma ágil em resposta às necessidades emergentes da sociedade. Essa capacidade de adaptação é uma vantagem em relação ao setor público, que muitas vezes é burocrático e lento. Além disso, a proximidade com as comunidades permite que as organizações do terceiro setor atuem de maneira mais direta e eficaz, promovendo a inclusão social e a redução de desigualdades. A natureza autônoma dessas entidades, portanto, permite maior liberdade para a inovação e a busca por novas fontes de financiamento, o que pode ser essencial para garantir sua longevidade.

Falconer (2002) enfatiza que um dos principais desafios para a sustentabilidade das organizações do terceiro setor é a dependência de fontes de financiamento externas, como doações e convênios com o governo. Esse modelo de financiamento muitas vezes é instável, o que torna difícil a implementação de projetos de longo prazo. Como alternativa, Madeira e Biancardi (2003) sugerem a adoção de práticas de gestão mais profissionalizadas, que envolvam a criação de estratégias de captação de recursos mais diversificadas e sustentáveis. Entre as práticas recomendadas estão a busca por parcerias com o setor privado, o desenvolvimento de produtos e serviços que possam gerar receita própria, e a criação de fundos patrimoniais que assegurem a continuidade das atividades da organização, mesmo em momentos de crise econômica.

A sustentabilidade financeira também está fortemente relacionada à transparência e à prestação de contas, como apontam Madeira e Biancardi (2003). A confiança pública é um dos principais ativos das organizações do terceiro setor, e essa confiança pode ser reforçada por meio de uma governança sólida e da divulgação clara dos resultados alcançados. Além disso, a adoção de práticas de governança que promovam a participação de diferentes *stakeholders* na tomada de decisões pode ajudar a legitimar ainda mais as ações dessas organizações e

umentar a adesão a seus projetos e campanhas de financiamento. Em suma, a sustentabilidade no terceiro setor não depende apenas de recursos financeiros, mas também de uma sólida estrutura de gestão e da capacidade de adaptação às mudanças do ambiente externo.

Falconer (2002) ainda ressalta que, para muitas organizações do terceiro setor, a dependência excessiva de recursos doados pode limitar sua capacidade de inovação e crescimento. Portanto, há uma tendência crescente de que essas instituições busquem novos modelos de negócios, que combinem a missão social com práticas comerciais sustentáveis. Madeira e Biancardi (2003) sugerem que a profissionalização do terceiro setor pode ser um caminho promissor para aumentar sua eficiência, maximizar o impacto social e garantir sua continuidade no longo prazo.

## 2.2.2 Instituições do terceiro setor

Segundo Madeira e Biancardi (2003), essas organizações podem ser categorizadas em formas distintas, como associações, fundações, organizações não-governamentais (ONGs) e cooperativas sociais. Cada uma dessas entidades tem suas próprias particularidades, tanto no que diz respeito à sua forma de gestão quanto à captação e utilização de recursos, o que lhes permite atuar de forma eficiente na promoção de suas causas sociais. A seguir, apresenta-se um quadro com as características principais de cada uma dessas instituições.

Quadro 2 – Instituições do terceiro setor

Tipo	Descrição
Associações	De acordo com Madeira e Biancardi (2003), as associações são mantidas por seus membros, que participam ativamente da gestão e da tomada de decisões. A principal característica dessas entidades é a autogestão, onde os próprios associados decidem as diretrizes e o uso dos recursos para atingir os objetivos da organização.
Fundações	Segundo Fernandes (2000), as fundações diferem das associações por não terem membros e serem geridas por um conselho ou curadoria que administra os recursos doados. O patrimônio da fundação é imobilizado e deve ser utilizado exclusivamente para cumprir sua missão social, seja em áreas como educação, saúde ou cultura. Essas entidades são reguladas por estatutos que garantem que os recursos sejam utilizados de maneira responsável e sustentável.
Organizações Não-Governamentais (ONGs)	As ONGs, de acordo com Falconer (2002), são organizações sem fins lucrativos que têm como objetivo principal a promoção de causas sociais, ambientais ou de direitos humanos. Elas atuam em diferentes áreas, como defesa do meio ambiente, educação, saúde e igualdade de gênero. O autor aponta que as ONGs desempenham um papel importante na articulação entre o Estado e a sociedade civil, muitas vezes preenchendo lacunas deixadas pelo poder público. As ONGs dependem de doações, parcerias e financiamento de instituições internacionais para sustentar suas operações.
Cooperativas Sociais	Madeira e Biancardi (2003) explicam que essas cooperativas têm como objetivo a inserção social e econômica de pessoas em situação de vulnerabilidade, promovendo a criação de empregos e a geração de renda. Elas se destacam por oferecer oportunidades de trabalho em áreas como agricultura, comércio e serviços, buscando equilibrar os interesses sociais com a sustentabilidade financeira.
Entidades Filantrópicas	As entidades filantrópicas, segundo Fernandes (2000), são organizações sem fins lucrativos que atuam na promoção de ações de caridade e de apoio aos mais necessitados. Elas podem ser mantidas por doações privadas, fundos públicos ou parcerias com empresas e têm um papel importante no atendimento às demandas da população vulnerável. Fernandes (2000) aponta que essas entidades são responsáveis pela manutenção de hospitais, escolas e centros de acolhimento, proporcionando serviços essenciais em áreas onde o Estado não consegue atender de forma eficiente.

## Continuação do quadro 2...

Instituições  
Religiosas

Segundo Rosini e Silva (2018), essas instituições se enquadram no terceiro setor por serem privadas e sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o bem-estar social por meio de suas ações comunitárias.

Madeira e Biancardi (2003) destacam que muitas instituições religiosas mantêm escolas, hospitais, centros de acolhimento e programas sociais destinados a populações em situação de vulnerabilidade. Essas entidades frequentemente recebem doações de seus membros e recursos oriundos de parcerias com empresas e outras organizações, reforçando seu papel como importantes atores no cenário social. Além disso, Falconer (2002) observa que, por serem amplamente financiadas por doações voluntárias, as instituições religiosas têm uma relação direta com seus fiéis e beneficiários, o que fortalece seu compromisso com a prestação de contas e a transparência.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Assim, ao compreender as diferentes formas de organização do Terceiro Setor, é possível reconhecer a relevância e a complexidade das instituições que o compõem, incluindo as organizações religiosas. Essa classificação contribui para situar as paróquias no contexto das entidades sem fins lucrativos, destacando a importância da gestão eficiente e da adoção de práticas de governança nesse segmento.

#### 2.2.2.1 A Igreja Católica Apostólica Romana

De acordo com o Código de Direito Canônico (1983), a Igreja é estruturada hierarquicamente, com o Papa no topo da hierarquia, seguido pelos bispos, presbíteros e outros membros do clero, responsáveis por guiar as dioceses e assegurar o cumprimento de seus deveres espirituais e sociais. Além disso, a Igreja Católica realiza uma série de ações sociais que vão além de sua função religiosa, incluindo a manutenção de escolas, hospitais e programas de assistência social, o que a coloca como uma das maiores prestadoras de serviços nesse campo.

Segundo Oliveira(2018), a Igreja Católica também desempenha um papel importante na prestação de contas e na transparência no uso de seus recursos financeiros. A responsabilidade financeira é um aspecto central de sua administração, e há um compromisso com a clareza e a transparência, especialmente no que diz respeito à utilização de dízimos, doações e outras contribuições. A prestação de contas não é apenas uma exigência legal, mas uma prática que fortalece a confiança dos fiéis e da sociedade em geral.

Conforme Madeira e Biancardi (2003), a Igreja Católica no Brasil tem uma longa história de atuação social, promovendo ações voltadas para o bem-estar comunitário, como a oferta de serviços de educação e saúde. Estas atividades são realizadas por meio de uma extensa rede de paróquias e instituições mantidas pela Igreja, que utilizam suas instalações e recursos para atender as necessidades da população local. Essas iniciativas demonstram o compromisso da Igreja com o desenvolvimento social e o alívio da pobreza, reforçando seu papel no terceiro setor.

Além disso, Ferrarezi (2011) destaca que a Igreja Católica tem adaptado suas práticas para se alinhar às exigências de governança e responsabilidade social. A Igreja adota mecanismos de controle interno e prestações de contas públicas para garantir que seus recursos sejam utilizados de forma eficiente e ética, reforçando sua legitimidade e sua função como um dos principais atores do terceiro setor.

### 2.2.3.2 Diocese de Criciúma

A Diocese de Criciúma, que tem São José como padroeiro, abrange oito comarcas pastorais, congregando 47 paróquias, santuários diocesanos e mais de 540 comunidades. Seu território compreende 26 municípios da região Sul de Santa Catarina. Sob a jurisdição da Igreja Católica, a Diocese atua nos campos da evangelização, celebração dos sacramentos e promoção da caridade social.

A missão da Diocese é evangelizar, vivendo em comunidade como uma Igreja discípula, missionária e profética, alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia. Busca promover a construção de uma sociedade justa e solidária, em defesa da vida e sem exclusões, enquanto caminha rumo ao Reino definitivo. Cada paróquia está sob a responsabilidade de um pároco, que administra todo o território paroquial.

Quadro 3 – Paróquias da Diocese de Criciúma

Comarcas	Paróquias	Município Sede	Nº Igrejas
Urussanga	Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Urussanga	29
	Paróquia Imaculado Coração de Maria	Lauro Müller	28
	Paróquia Nossa Senhora da Natividade	Cocal do Sul	9
	Paróquia Nossa Senhora Aparecida	Urussanga	14
	Paróquia São Roque	Morro da Fumaça	12
	Paróquia Santa Catarina de Alexandria	Morro da Fumaça	4
<b>Subtotal</b>	<b>6</b>		<b>96</b>
Nova Veneza	Paróquia São Marcos (Nova Veneza)	Nova Veneza	16
	Paróquia Nossa NS	Siderópolis	13
	Paróquia Sagrado Coração de Jesus	Forquilha	12
	Paróquia São João Batista	Nova Veneza	10
	Santuário NS de Caravaggio	Nova Veneza	1
	Paróquia Santo Alexandre	Treviso	14
	Paróquia NS da Saúde	Forquilha	12
<b>Subtotal</b>	<b>7</b>		<b>78</b>
Criciúma Sul	Paróquia Santo Agostinho	Criciúma	10
	Paróquia NS Das Graças	Criciúma	6
	Paróquia NS De Fátima	Criciúma	7
	Paróquia NS De Guadalupe	Criciúma	6
	Paróquia Sagrada Família De Nazaré	Criciúma	7
<b>Subtotal</b>	<b>5</b>		<b>36</b>
Criciúma Norte	Paróquia São José	Criciúma	1
	Paróquia Santa Bárbara	Criciúma	7
	Paróquia NS da Salette	Criciúma	6
	Paróquia São Paulo Apóstolo	Criciúma	8
	Paróquia Santo Antônio	Quarta Linha	8
	Paróquia NS Auxiliadora	Criciúma	8
<b>Subtotal</b>	<b>6</b>		<b>38</b>
Içara	Paróquia São Donato	Içara	14
	Paróquia São Miguel Arcanjo	Içara	12
	Basílica Santuário SCMJ	Içara	1
	Paróquia São Francisco de Assis	Balneário Rincão	9
	Paróquia NS Aparecida	Içara	8
	Paróquia Santa Rita de Cássia	Içara	6
<b>Subtotal</b>	<b>6</b>		<b>50</b>
Araranguá	Santuário NS Mãe dos Homens	Araranguá	9
	Paróquia NS da Conceição	Maracajá	14
	Paróquia Sagrada Família	Araranguá	18
	Paróquia São Pedro Apóstolo	B. Arroio do Silva	10
	Paróquia São José	Araranguá	13
<b>Subtotal</b>	<b>5</b>		<b>64</b>
Santa Rosa do Sul	Paróquia Santo Antônio de Pádua	Sombrio	10
	Paróquia São Sebastião	Praia Grande	21

Continuação do quadro 3...			
	Paróquia São João Batista	São João do Sul	10
	Paróquia Santa Rosa de Lima	Santa Rosa do Sul	13
	Paróquia São João Paulo II	Sombrio	16
	Paróquia NS Auxiliadora	Balneário Gaivota	11
	Paróquia NS dos Navegantes	Passo de Torres	8
Subtotal	7		89
Turvo	Paróquia NS da Oração	Turvo	14
	Paróquia NS da Glória	Meleiro	24
	Paróquia Santa Terezinha	Jacinto Machado	21
	Paróquia São Roque	Timbé do Sul	19
	Paróquia NS das Graças	Ermo	9
Subtotal	5		87
Total	47		538

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Com base na organização territorial e estrutural apresentada, observa-se a amplitude e a diversidade das paróquias que integram a Diocese de Criciúma. Esse panorama reforça a importância de práticas de governança bem definidas, considerando os diferentes contextos administrativos e pastorais presentes nas comunidades paroquiais.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, descreve-se o enquadramento metodológico adotado para a condução do estudo, bem como os métodos empregados para a coleta e análise dos dados obtidos na pesquisa.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, conforme destaca Creswell (2014), por se aprofundar no ambiente em que as características ocorrem, buscando compreender as percepções e práticas dos participantes. A pesquisa será realizada por meio de questionários aplicados aos párocos das paróquias participantes, utilizando a plataforma *Google Forms*. Essa abordagem permitirá a coleta de dados sobre os princípios de governança corporativa na Diocese, possibilitando uma análise detalhada e contextualizada das respostas (Gil, 2021).

Em relação aos objetivos, o estudo é caracterizado como descritivo, uma vez que busca mapear as percepções dos princípios de governança corporativa na Diocese e descrever como esses princípios influenciam a gestão de recursos financeiros. De acordo com Gil (2021), a pesquisa descritiva tem o objetivo de fornecer um entendimento aprofundado de um conhecimento, fornecendo informações fundamentais sobre o contexto estudado. No que se refere aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como bibliográfica e levantamento. Já no que diz a respeito do levantamento, Gil (2019, p. 61), relata que é uma modalidade de pesquisa caracterizada pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

#### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi direcionada aos párocos das paróquias da Diocese de Criciúma, situada no sul de Santa Catarina, com o objetivo de analisar a

percepções aos princípios da governança corporativa nas organizações religiosas. O processo de coleta de dados foi realizado por meio de um questionário estruturado em quatro blocos. O primeiro bloco continha 5 perguntas fechadas referentes ao perfil dos respondentes, enquanto o segundo bloco abordava o perfil das paróquias por meio de 3 perguntas fechadas. O terceiro bloco enfocava cinco princípios da governança corporativa: Integridade, Transparência, Equidade, Responsabilidade Corporativa e Prestação de Contas, sendo cada princípio subdividido em 4 categorias. Para cada categoria, foram formuladas 5 afirmações, que utilizavam a escala *Likert* com 5 opções de respostas fechadas, e no quarto bloco continha 2 perguntas abertas para respostas pessoais.

O questionário foi disponibilizado na plataforma Google *Forms* e o link foi enviado aos participantes por meio do aplicativo WhatsApp. A coleta de dados ocorreu entre os dias 28 de abril e 15 de maio de 2025, totalizando 18 dias. O questionário foi encaminhado a 47 párocos, dos quais 26 responderam à pesquisa, garantindo uma amostra representativa das paróquias da Diocese.

Após o término da coleta, os dados foram organizados e tabulados em planilhas Excel, seguindo a estrutura dos blocos do questionário, o que possibilitou uma análise detalhada e sistematizada das respostas obtidas.

O Quadro 4 traz as informações referentes à categorização da pesquisa, detalhando como os dados foram organizados e classificados para facilitar a análise. A categorização foi feita com base em critérios específicos que permitem agrupar as informações de maneira lógica, possibilitando uma compreensão mais clara dos resultados. Essas categorias ajudam a identificar padrões e a segmentar as respostas de acordo com diferentes aspectos da pesquisa, o que facilita a interpretação e a comparação dos dados coletados.

Quadro 4 – Categorização da pesquisa

Princípios	Categorias	Afirmações
1. Equidade	1.1 Tratamento justo dos fiéis	Para cada categoria de cada princípio foram criadas 5 afirmativas relacionadas aos conceitos e fundamentos dos princípios de governança corporativa apresentados na fundamentação teórica desse estudo.
	1.2 Relações com a comunidade	
	1.3 Transparência nas decisões paroquiais	
	1.4 Proteção dos direitos dos membros	
	1.5 Igualdade de oportunidade	
2. Transparência	2.1 Divulgação de informações relevantes	
	2.2 Clareza e acessibilidade da informação	
	2.3 Divulgação de informações não financeiras	
	2.4 Veracidade e confiabilidade da informação	
	2.5 Comunicação com os fiéis e a comunidade	
3. Prestação de contas	3.1 Responsabilidade da gestão paroquial	
	3.2 Divulgação de relatórios financeiros	
	3.3 Responsabilidade social e comunitária	
	3.4 Mecanismo de controle	
	3.5 Transparência na remuneração de párocos	
4. Responsabilidade corporativa	4.1 Cumprimentos de leis e normas religiosas	
	4.2 Ética e integridade	
	4.3 Gestão de riscos	
	4.4 Sustentabilidade	
	4.5 Governança paroquial	
5. Integridade	5.1 Compromisso com a verdade	
	5.2 Consistência nas Ações	
	5.3 Fidelidade aos propósitos	
	5.4 Confiança nas relações	
	5.5 Honestidade nos processos	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Para captar a percepção dos gestores paroquiais sobre os princípios de governança corporativa, foi utilizada uma escala de adesão composta por cinco níveis: Não adere (NA), Adere Pouco (AP), Neutro (N), Adere Moderadamente (AM) e Adere Totalmente (AT). Essa escala permitiu mensurar a intensidade com que os gestores identificaram a aplicação dos princípios em suas paróquias.

No Quadro 5, apresenta-se a escala de adesão (NA a AT) utilizada neste estudo, referente aos cinco princípios de governança corporativa investigados: Integridade, Equidade, Transparência, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa.

Quadro 5 – Escala *Likert*

Item	Níveis de concordância	Peso (%)
1	Não adere	0 (zero)
2	Adere pouco	25%
3	Neutro	50%
4	Adere moderadamente	75%
5	Adere totalmente	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados e detalhados os resultados da pesquisa, investigando a percepção dos párocos da Diocese de Criciúma, no sul de Santa Catarina, em relação aos princípios de governança corporativa. A seção está organizada em subseções que abordam o perfil dos gestores paroquiais e das paróquias participantes, seguidas de análises sobre o nível de adesão a cada uma das categorias dos princípios de governança. Por fim, são apresentados rankings que resumem as médias, destacando as categorias e afirmações com maior e menor grau de adesão para cada princípio avaliado.

### 4.1 PERFIL DOS PÁROCOS RESPONDENTES DA PESQUISA

Para começarmos a entender melhor os dados, elaboramos algumas perguntas que ajudam a traçar o perfil dos gestores que participaram da pesquisa, como pode ser visto no Quadro 6. Essas perguntas foram formuladas com o objetivo de capturar informações sobre as características demográficas, experiências profissionais e percepções dos gestores, proporcionando uma visão detalhada sobre o perfil dos participantes. Com base nesses dados, é possível identificar padrões e tendências que influenciam as práticas de governança e a forma como os princípios são aplicados dentro das cooperativas.

Quadro 6 – Perfil dos Párocos Respondentes

Indicadores	Frequência	%	
Idade	Entre 20 a 35 anos	10	38%
	Entre 35 a 50 anos	9	35%
	Mais de 50 anos	7	27%
Formação além de "Padre"	2ª graduação	13	50%
	Especialização (MBA)	8	31%
	Mestrado	4	15%
	Doutorado	1	4%
Quantos anos de ordenação?	Menos de 10 anos	16	62%

	Continuação quadro 6....		
Há quanto tempo exerce a função de Pároco	Entre 10 e 20 anos	3	12%
	Entre 20 e 30 anos	2	8%
	Mais de 30 anos	5	19%
	Menos de 10 anos	17	65%
Quanto tempo é Pároco nesta Paróquia	Entre 10 e 20 anos	5	19%
	Entre 20 e 30 anos	1	4%
	Mais de 30 anos	3	12%
	Menos de 10 anos	25	96%
	Entre 10 e 20 anos	1	4%
	Entre 20 e 30 anos	0	0%
	Mais de 30 anos	0	0%
	Menos de 10 anos	0	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A amostra final desta pesquisa foi composta por párocos atuantes, com informações detalhadas apresentadas na tabela acima. Observa-se que a faixa etária dos entrevistados está distribuída entre 20 e mais de 50 anos, sendo que a maioria (38%) está entre 20 e 35 anos, seguida por 35% que possuem entre 35 e 50 anos, e 27% com mais de 50 anos.

Nesse sentido, a maioria dos entrevistados (50%) possui a segunda graduação, além da formação religiosa. Além disso, 31% contam com especialização (MBA), 15% possuem mestrado e 4% alcançaram doutorado, demonstrando o compromisso dos párocos com o aprimoramento acadêmico e formação continuada.

Sobre o tempo de ordenação sacerdotal, verifica-se que a maioria (62%) possui menos de 10 anos de ordenação, enquanto 12% têm entre 10 e 20 anos, 8% entre 20 e 30 anos, e 19% mais de 30 anos.

Quanto ao tempo que exercem a função de Pároco, 65% estão nessa função há menos de 10 anos, 19% entre 10 e 20 anos, 4% entre 20 e 30 anos, e 12% há mais de 30 anos.

Por fim, analisando o tempo que atuam como Pároco na paróquia atual, observa-se uma concentração muito alta (96%) dos respondentes que estão há menos de 10 anos na paróquia, enquanto 4% estão entre 10 e 20 anos, e nenhum dos entrevistados declarou tempo superior a 20 anos nesta mesma paróquia.

Esses dados indicam que, apesar de uma boa formação acadêmica e experiência diversa em ordenação e função, a maioria dos párocos está há pouco tempo atuando na mesma paróquia, o que pode refletir na dinâmica de gestão e atuação pastoral local.

## 4.2 PERFIL DAS PARÓQUIAS

No Quadro 7, apresenta-se o perfil das paróquias participantes da pesquisa, destacando características essenciais para compreender como o contexto organizacional e estrutural pode influenciar a gestão e as práticas adotadas nessas comunidades religiosas.

Quadro 7 – Perfil das Paróquias

Indicadores		Frequência	%
Tempo de Existência da paróquia	Menos de 10 anos	9	35%
	Entre 10 e 20 anos	0	0%
	Entre 20 e 30 anos	0	0%
	Mais de 30 anos	17	65%
Nº de comunidades da Paróquia	Menos de 5	4	15%

	Continuação quadro 7....		
	Entre 5 e 10	9	35%
	Entre 10 e 15	8	31%
	Mais de 15	5	19%
Quantos padres tem na paróquia, contando com você?	1 Padre	11	42%
	2 Padres	12	46%
	3 Padre	3	12%
	Mais de 3 Padres	0	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A amostra da pesquisa incluiu paróquias da região, destacando-se que o tempo de existência destas é predominantemente superior a 30 anos, representando 65% do total. Já 35% das paróquias possuem menos de 10 anos, evidenciando uma diversidade de maturidade entre as instituições analisadas.

Quanto à extensão territorial das paróquias, observa-se que a maioria possui entre 5 e 15 comunidades, com 35% das paróquias contando com até 10 comunidades e 31% com até 15, o que demonstra uma organização comunitária significativa em grande parte das paróquias.

No que tange ao número de padres atuantes nas paróquias, a maioria dos casos conta com dois padres, totalizando 46%, seguida pelas paróquias com apenas um padre, que representam 42%. Uma parcela menor, de 12%, possui três padres, e nenhuma paróquia apresentou mais de três padres, indicando uma distribuição limitada de clérigos para atender as necessidades pastorais das comunidades.

Esses dados apontam para uma realidade paroquial que varia entre paróquias mais jovens e outras com longa tradição, com uma estrutura comunitária relativamente ampla e uma equipe sacerdotal que, em sua maioria, é reduzida, o que pode influenciar a dinâmica pastoral e administrativa local.

#### 4.3 NÍVEL DE CONCORDÂNCIA SOBRE OS PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nesta seção, serão apresentados os percentuais referentes a cada afirmativa relacionada aos princípios de Governança nas paróquias pesquisadas.

##### 4.3.1 Princípio da Equidade

No Quadro 8 serão demonstradas as afirmações referentes à percepção sobre o Princípio da Equidade, ilustrando como os participantes avaliam a imparcialidade e a justiça nas ações e decisões dentro das paróquias. Essas afirmações revelam a percepção de igualdade de tratamento entre os membros, assegurando que todos tenham acesso às mesmas oportunidades e direitos, o que é crucial para promover um ambiente cooperativo equilibrado e inclusivo.

Quadro 8 – Afirmações do Princípio da Equidade

1 Princípio da Equidade	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		NA	AP	N	AM	AT	
Categoria 1.1 – Tratamento Justo dos Fiéis	Garante que todos os fiéis sejam tratados de forma igualitária, sem distinção de status social ou contribuição financeira.	1	0	0	4	21	92,3
	Impede privilégios que favoreçam determinados membros da paróquia em detrimento de outros.	0	0	0	3	23	97,1
	Promove a inclusão e participação ativa de todos os fiéis nas decisões e atividades da paróquia.	1	0	1	11	13	83,7

Continuação do quadro 8...							
<b>Média</b>							<b>91,0</b>
<b>Categoria 1.2 – Relações com a Comunidade</b>	Considera os interesses de todos os envolvidos, incluindo fiéis, voluntários, moradores e instituições parceiras.	0	0	0	9	17	91,3
	Estabelece canais de comunicação acessíveis para ouvir e dialogar com a comunidade	0	0	0	11	15	89,4
	Busca soluções que equilibrem os interesses da paróquia e das necessidades da comunidade local.	0	0	0	10	16	90,4
	Evita decisões que possam gerar exclusão ou tratamento desigual entre a comunidade.	0	0	0	2	24	98,1
<b>Média</b>							<b>90,4</b>
<b>Categoria 1.3 – Transparência nas Decisões Paroquiais</b>	Divulga de forma clara e acessível as decisões tomadas pela liderança da paróquia	0	0	1	8	17	90,4
	Garante que os processos internos sejam conduzidos de maneira justa e imparcial.	0	0	0	2	24	98,1
	Permite que os fiéis compreendam como são administrados os recursos e atividades.	0	0	0	9	17	91,3
	Estabelece mecanismos para tratar e resolver possíveis conflitos de interesse.	0	0	0	7	19	93,3
<b>Média</b>							<b>93,3</b>
<b>Categoria 1.4 – Proteção dos Direitos dos Membros</b>	Implementa práticas que assegurem a igualdade de voz e participação dos membros na vida paroquial.	0	1	0	9	16	88,5
	Garante que todos os fiéis tenham espaço para expressar suas opiniões e preocupações.	0	0	1	5	20	93,3
	Oferece canais de atendimento para esclarecer dúvidas e registrar sugestões.	0	1	3	12	10	79,8
	Protege o direito dos fiéis à participação em decisões que impactam diretamente suas vivências religiosas.	0	0	1	7	16	83,7
<b>Média</b>							<b>87,2</b>
<b>Categoria 1.5 – Igualdade de Oportunidades</b>	Promove a inclusão de todos, independentemente de idade, gênero ou condição financeira.	0	0	1	4	21	94,2
	Estimula a participação ativa de diferentes grupos da comunidade na organização de eventos religiosos e sociais.	0	0	1	5	20	93,3
	Incentiva a diversidade e a valorização de todas as vocações dentro da paróquia.	0	0	1	3	22	95,2
	Combate qualquer forma de discriminação nas atividades e serviços oferecidos.	0	0	1	1	24	97,1
<b>Média</b>							<b>94,2</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

O Quadro 8 apresenta os dados relacionados à percepção dos párocos sobre o Princípio da Equidade. Na Categoria 1.1 – Tratamento Justo dos Fiéis, observa-se uma percepção fortemente positiva quanto à imparcialidade no trato com os fiéis, evidenciada pelo índice de 97,1% na afirmação que rejeita privilégios. Em contrapartida, a menor percepção (83,7%) sugere que ainda existem desafios relacionados à inclusão ativa dos fiéis nas decisões e atividades paroquiais. Essa percepção está alinhada ao que afirmam Rosini e Silva (2018), ao destacarem que a equidade é essencial para fortalecer relações justas e respeitadas no ambiente institucional.

Na Categoria 1.2 – Relações com a Comunidade, a maior percepção (98,1%) reforça o cuidado da paróquia em não excluir ou tratar de forma desigual os membros da comunidade. No entanto, a percepção mais baixa (89,4%) revela que os canais de comunicação podem ser melhorados para garantir uma escuta mais próxima e eficiente. Ferrarezi (2011) destaca que ouvir a comunidade com atenção é um passo essencial para fortalecer os laços de confiança e promover uma gestão realmente participativa.

Na Categoria 1.3 – Transparência nas Decisões Paroquiais, a confiança nas decisões imparciais (98,1%) demonstra que há um compromisso ético nas ações internas. Porém, a percepção mais baixa (90,4%) revela que ainda é possível melhorar a forma como as decisões são compartilhadas com os fiéis. Conforme Carneiro, Oliveira e Torres (2011), uma comunicação clara e transparente é vital para que os membros compreendam e confiem nos rumos da instituição.

Na Categoria 1.4 – Proteção dos Direitos dos Membros, os dados mostram que a maioria se sente à vontade para expressar opiniões (93,3%), o que indica abertura ao diálogo. Por outro lado, a menor percepção (79,8%) evidencia que os canais formais para dúvidas e sugestões ainda podem ser aperfeiçoados. Oliveira et al. (2018) reforçam que ter espaços seguros e eficientes para a escuta é um diferencial importante para uma gestão mais humana e inclusiva.

Na Categoria 1.5 – Igualdade de Oportunidades, a forte concordância com o combate à discriminação (97,1%) mostra que a paróquia tem valorizado a diversidade entre seus membros. Mesmo assim, a menor percepção (93,3%) sugere que a participação de diferentes grupos nas atividades ainda pode ser estimulada. O IBGC (2023) aponta que tratar todos com respeito, considerando suas singularidades, fortalece o senso de pertencimento e a justiça dentro da comunidade.

#### 4.3.2 Princípio da Transparência

No Quadro 9 são apresentadas as afirmações relacionadas à percepção sobre o Princípio da Transparência, evidenciando como os participantes percebem a clareza e a acessibilidade das informações dentro das paróquias. Essas afirmações fornecem uma visão sobre a forma como a organização compartilha dados relevantes com seus fiéis, assegurando que as decisões e os processos sejam compreendidos de maneira aberta e honesta, o que é fundamental para fortalecer a confiança e a participação ativa dos envolvidos.

Quadro 9 – Afirmações do Princípio da Transparência

2 Princípio da Transparência	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		NA	AP	N	AM	AT	
<b>Categoria 2.1 – Divulgação de Informações Relevantes</b>	Compartilha informações financeiras e operacionais de forma clara e objetiva com os fiéis.	0	0	0	15	11	85,6
	Disponibiliza relatórios periódicos sobre a gestão dos recursos arrecadados.	0	1	1	11	13	84,6
	Vai além das exigências mínimas, informando sobre ações e projetos que impactam a paróquia.	0	0	1	9	16	89,4
	Usa múltiplos canais para garantir que todos tenham acesso às informações divulgadas.	0	0	4	13	9	79,8
<b>Média</b>							<b>84,9</b>

Continuação do quadro 9...							
<b>Categoria 2.2 – Clareza e Acessibilidade da Informação</b>	Apresenta comunicados e documentos de maneira simples e compreensível para todos.	0	0	1	12	13	86,5
	Evita linguagem técnica que possa dificultar o entendimento dos fiéis.	0	1	1	6	18	89,4
	Disponibiliza as informações em locais acessíveis, como murais, redes sociais e reuniões presenciais	0	0	1	15	10	83,7
	Facilita o acesso dos fiéis aos dados administrativos por meio de reuniões abertas.	0	0	1	12	13	86,5
<b>Média</b>							<b>86,5</b>
<b>Categoria 2.3 – Divulgação de Informações Não Financeiras</b>	Informa sobre projetos sociais, ambientais e educacionais promovidos pela paróquia.	0	0	1	12	13	86,5
	Compartilha ações que beneficiam a comunidade e incentivam a participação dos fiéis.	0	0	1	5	20	93,3
	Demonstra compromisso com a missão social da Igreja e seu impacto na sociedade.	0	0	0	8	18	92,3
	Permite que os membros avaliem a transparência e coerência das atividades desenvolvidas.	0	0	4	5	17	87,5
<b>Média</b>							<b>90,7</b>
<b>Categoria 2.4 – Veracidade e Confiabilidade da Informação</b>	Garante que as informações divulgadas sejam precisas e confiáveis.	0	0	0	1	25	99,0
	Adota controles internos para assegurar a veracidade dos dados fornecidos aos fiéis.	0	0	0	4	22	96,2
	Busca auditorias independentes quando necessário para validar informações financeiras.	4	0	5	7	10	68,3
	Corrige imediatamente qualquer erro ou omissão nos dados divulgados à comunidade.	0	0	0	3	23	97,1
<b>Média</b>							<b>87,8</b>
<b>Categoria 2.5 – Comunicação com os Fiéis e a Comunidade</b>	Mantém canais de comunicação abertos e transparentes com os fiéis.	0	0	0	5	21	95,2
	Responde prontamente às perguntas e solicitações de informações da comunidade.	0	0	0	6	20	94,2
	Busca constantemente o feedback dos fiéis para melhorar a gestão e os serviços paroquiais.	0	0	1	10	15	88,5
	Estimula o diálogo entre a liderança da paróquia e os membros da comunidade.	0	0	0	3	23	97,1
<b>Média</b>							<b>92,6</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 9, na Categoria 2.1 – Divulgação de Informações Relevantes, a percepção mais baixa (79,8%) mostra que a paróquia ainda pode melhorar no uso de diferentes canais para garantir que todos tenham acesso às informações. Em contrapartida, a maior percepção (89,4%) aponta um esforço em ir além do básico, divulgando ações e projetos que impactam a comunidade. Essa prática está alinhada ao que afirmam Carneiro, Oliveira e Torres (2011), ao destacarem que a transparência nas organizações religiosas deve contemplar não apenas os aspectos contábeis, mas também sociais, como forma de reforçar a credibilidade e o vínculo com os fiéis.

Na Categoria 2.2 – Clareza e Acessibilidade da Informação, percebe-se que a linguagem adotada pela paróquia é, em geral, compreensível e evita termos técnicos que dificultem o entendimento dos fiéis. O ponto que mais se percebe (89,4%) confirma isso. No entanto, a afirmação que menos percebe (83,7%) revela a

necessidade de diversificar os espaços onde essas informações são apresentadas, facilitando ainda mais o acesso por todos.

Na Categoria 2.3 – Divulgação de Informações Não Financeiras, nesta categoria, a maior percepção (93,3%) foi para o incentivo à participação dos fiéis nas iniciativas comunitárias, enquanto o menor índice de percepção (87,5%) indica que os mecanismos que permitam avaliar a coerência das ações ainda podem ser mais claros e acessíveis.

Na Categoria 2.4 – Veracidade e Confiabilidade da Informação, com um índice de percepção expressivo de (99,0%) quanto à precisão das informações divulgadas, essa categoria demonstra forte compromisso da paróquia com a verdade e a confiança. No entanto, a menor percepção (68,3%) referente à busca por auditorias independentes aponta uma fragilidade na validação externa das informações. Isso reforça a importância do que defende o IBGC (2023), ao destacar que práticas como auditorias externas são fundamentais para garantir a confiabilidade e ampliar a legitimidade da instituição junto à comunidade.

Na Categoria 2.5 – Comunicação com os Fiéis e a Comunidade, a liderança paroquial se destaca por estimular o diálogo com os membros (97,1%), ainda que o uso do feedback para melhoria contínua (88,5%) possa ser mais explorado. Isso mostra que a escuta existe, mas pode ser mais efetiva na hora de gerar mudanças e aperfeiçoamentos nas ações paroquiais.

#### 4.3.3 Princípio da Prestação de Contas

O Quadro 10 apresenta as afirmações relacionadas à percepção sobre o Princípio da Prestação de Contas, destacando como os participantes percebem a responsabilidade na gestão das paróquias. Essas afirmações refletem a confiança nas práticas adotadas para garantir a prestação de contas e a clareza nas decisões e resultados alcançados pela organização, fatores essenciais para a manutenção da credibilidade e integridade nas relações com seus fiéis.

Quadro 10 – Afirmações do Princípio da Prestação de Contas

3 Princípio da Prestação de Contas	Afirmações	Escala Likert					Peso%
		NA	AP	N	AM	AT	
<b>Categoria 3.1 – Responsabilidade da Gestão Paroquial</b>	A paróquia presta contas sobre suas decisões e ações à comunidade.	0	1	0	6	19	91,3
	A administração da paróquia justifica suas escolhas e demonstrar responsabilidade na gestão dos recursos.	0	2	0	3	21	91,3
	Estabelecem mecanismos para avaliar o desempenho dos responsáveis pela gestão da paróquia.	0	1	2	7	16	86,5
	Os párocos se responsabilizam por eventuais falhas na administração e corrigi eventuais desvios de conduta.	0	0	0	1	25	99,0
<b>Média</b>							<b>92,1</b>
<b>Categoria 3.2 – Divulgação de Relatórios Financeiros</b>	A paróquia publica relatórios financeiros periódicos sobre arrecadação e despesas.	3	1	0	16	6	70,2
	As demonstrações financeiras são elaboradas com transparência e de acordo com princípios contábeis adequados.	0	2	0	3	21	91,3
	Os relatórios financeiros são submetidos à avaliação de conselhos ou comitês responsáveis.	0	1	2	9	14	84,6

		Continuação do quadro 10...					
	As informações contábeis são detalhadas para que os fiéis compreendam o uso dos recursos.	1	2	0	9	14	81,7
<b>Média</b>							<b>82,0</b>
<b>Categoria 3.3 – Responsabilidade Social e Comunitária</b>	A paróquia assume a responsabilidade pelos impactos sociais de suas ações.	0	1	1	6	18	89,4
	As iniciativas sociais e comunitárias são comunicadas de forma clara aos fiéis.	0	1	0	9	16	88,5
	Busca minimizar impactos negativos e maximizar benefícios para a sociedade.	0	0	1	7	18	91,3
	Atua de maneira comprometida com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade.	0	0	1	9	16	89,4
<b>Média</b>							<b>89,7</b>
<b>Categoria 3.4 – Mecanismos de Controle</b>	São estabelecidos procedimentos internos para evitar fraudes e má gestão.	0	1	0	8	17	89,4
	Existem canais para que os fiéis possam denunciar irregularidades de forma segura.	1	1	7	7	10	73,1
	As denúncias são investigadas com seriedade e as irregularidades corrigidas rapidamente.	0	1	1	7	17	88,5
	A cultura da ética e transparência é incentivada em todas as atividades da paróquia.	0	1	1	3	21	92,3
<b>Média</b>							<b>83,7</b>
<b>Categoria 3.5 – Transparência na Remuneração de Párocos</b>	A paróquia divulga informações sobre a remuneração de seus líderes religiosos.	2	3	0	7	14	76,9
	Os critérios para remuneração são definidos de forma transparente e justa.	0	0	1	4	21	94,2
	Evita-se remuneração excessiva ou incompatível com os princípios da Igreja.	0	0	1	2	23	96,2
	Há um equilíbrio entre a remuneração dos líderes e as necessidades da comunidade	0	0	2	2	22	94,2
<b>Média</b>							<b>89,1</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Como podemos observar no quadro 10, na Categoria 3.1 – Responsabilidade na Gestão Paroquial, a maior percepção (99,0%) refere-se à afirmação de que os párocos se responsabilizam por eventuais falhas e corrigem desvios de conduta, demonstrando um elevado compromisso com a ética e a integridade. Em contrapartida, a menor percepção (86,5%) revela que ainda há espaço para fortalecer os mecanismos de avaliação de desempenho dos responsáveis pela gestão paroquial.

Na Categoria 3.2 – Divulgação de Relatórios Financeiros, a maior percepção (91,3%) mostra que há um esforço consistente na elaboração das demonstrações financeiras com transparência e em conformidade com os princípios contábeis. No entanto, a menor percepção (70,2%) indica que a publicação periódica de relatórios financeiros ainda não é amplamente praticada. Isso revela a necessidade de ampliar a frequência e a clareza na divulgação de informações financeiras à comunidade. Como destacam Carneiro, Oliveira e Torres (2011), a transparência contábil é essencial para reforçar a confiança dos fiéis e garantir uma gestão mais ética e eficiente, sendo ainda mais relevante no contexto de instituições religiosas, cuja principal fonte de recursos advém de doações.

Na Categoria 3.3 – Responsabilidade Social e Comunitária, a afirmação mais percebida (94,2%) mostra que a paróquia atua de maneira comprometida com o desenvolvimento e o bem-estar da comunidade, evidenciando sensibilidade social

nas suas ações. A menor percepção (83,0%) indica que há margem para melhorar a clareza na comunicação das ações sociais e comunitárias aos fiéis.

Na Categoria 3.4 – Mecanismos de Controle, a maior percepção (92,3%) mostra que a cultura da ética e da transparência está enraizada em todas as atividades da paróquia, fortalecendo a confiança dos membros. Por outro lado, a menor percepção (70,8%) demonstra que a segurança dos canais para denúncias de irregularidades ainda pode ser aprimorada.

Na Categoria 3.5 – Transparência na Remuneração de Párocos, com percepção expressiva (96,2%) na afirmação que rejeita remunerações excessivas, observa-se um alinhamento entre os critérios de remuneração e os princípios da Igreja. Em contrapartida, a menor percepção (76,9%) relacionada à divulgação dessas informações mostra que ainda há resistência ou dificuldades em comunicar abertamente essas práticas. Conforme aponta Oliveira (2018), a prestação de contas, inclusive sobre a remuneração de líderes, é um instrumento que fortalece a transparência e reafirma o compromisso ético da instituição, sendo um fator determinante para a legitimidade junto aos seus membros e à sociedade.

#### 4.3.4 Princípio da Responsabilidade Corporativa

O Quadro 11 apresenta as afirmações relacionadas ao Princípio da Responsabilidade Corporativa. Esse princípio envolve o compromisso das organizações com a sustentabilidade, o bem-estar social e o desenvolvimento das comunidades com as quais se relacionam.

Quadro 11 – Afirmações do Princípio da Responsabilidade Corporativa

4 Princípio da Responsabilidade Corporativa	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		NA	AP	N	AM	AT	
<b>Categoria 4.1 – Cumprimento de Leis e Normas Religiosas</b>	A paróquia segue todas as normas e diretrizes da Igreja e da legislação vigente.	0	0	1	4	21	94,2
	São estabelecidas políticas internas para garantir a conformidade com as normas.	0	0	2	5	19	91,3
	A paróquia monitora regularmente o cumprimento das normas estabelecidas.	0	1	1	5	19	90,4
	Violações são corrigidas rapidamente para manter a integridade da administração.	1	1	0	2	22	91,3
<b>Média</b>							<b>91,8</b>
<b>Categoria 4.2 – Ética e Integridade</b>	A paróquia promove uma cultura de ética e respeito em todas as suas atividades.	0	0	0	0	26	100,0
	São definidos padrões éticos que guiam o comportamento dos membros e líderes.	0	0	0	3	23	97,1
	Programas de formação em ética são oferecidos para fortalecer os valores cristãos.	0	2	4	4	16	82,7
	Qualquer violação ao código de conduta é investigada e tratada com seriedade.	0	0	1	3	22	95,2
<b>Média</b>							<b>93,3</b>
<b>Categoria 4.3 – Gestão de Riscos</b>	A paróquia identifica e gerencia riscos que possam comprometer suas atividades.	0	0	1	7	18	91,3
	São criados planos de contingência para lidar com eventos inesperados.	0	1	3	8	14	83,7
	Há um monitoramento contínuo dos riscos internos e externos à organização.	0	1	3	9	13	82,7
	A paróquia busca reduzir a possibilidade de problemas e seus impactos na comunidade.	0	0	1	7	18	91,3

Continuação do quadro 11...							
Média							85,9
<b>Categoria 4.4 – Sustentabilidade</b>	A paróquia considera os impactos ambientais e sociais em suas decisões.	1	1	1	10	13	81,7
	Atua para minimizar impactos negativos e maximizar benefícios para a comunidade.	0	1	1	7	17	88,5
	Busca projetos sustentáveis que envolvam os fiéis na preservação ambiental.	2	2	2	13	7	70,2
	Divulga suas ações de responsabilidade ambiental e social para a comunidade.	1	2	4	11	8	72,1
Média							<b>80,1</b>
<b>Categoria 4.5 – Governança Paroquial</b>	A paróquia adota práticas que promovem a transparência, equidade e responsabilidade.	0	0	0	3	23	97,1
	O conselho paroquial atua de forma independente e eficaz na administração.	1	1	0	9	15	84,6
	Os direitos e deveres dos fiéis são protegidos e respeitados.	0	0	0	3	23	97,1
	Busca-se um alinhamento entre os interesses da liderança e da comunidade paroquial.	0	0	0	6	20	94,2
Média							<b>92,9</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No Quadro 11, observamos na Categoria 4.1 – Cumprimento de Leis e Normas Religiosas, a maior percepção (94,2%) demonstra que as paróquias seguem com rigor as normas e diretrizes da Igreja e da legislação vigente, refletindo um compromisso institucional sólido com a legalidade. Por outro lado, a menor percepção (90,4%) mostra que o monitoramento contínuo dessas normas ainda pode ser fortalecido. Essa prática é defendida por Carneiro, Oliveira e Torres (2011), que destacam a importância de a governança corporativa nas organizações religiosas incluir conformidade legal e normas internas bem estruturadas para assegurar legitimidade e integridade na administração.

Na Categoria 4.2 – Ética e Integridade, com 100% de percepção à promoção de uma cultura ética, essa categoria evidencia um ambiente paroquial fortemente guiado por valores cristãos. No entanto, a menor percepção (82,7%) revela que os programas de formação em ética ainda podem ser mais difundidos entre os membros. Apesar da forte valorização da ética, há espaço para investir na formação contínua e sistemática sobre conduta e integridade.

Na Categoria 4.3 – Gestão de Riscos, a afirmação com maior percepção (91,3%) mostra que as paróquias estão comprometidas em reduzir riscos e seus impactos nas comunidades. Já a menor percepção (82,7%) evidencia fragilidades no monitoramento contínuo de riscos, indicando que essa prática ainda não é amplamente implementada. De acordo com Falconer (2002), a identificação e gestão de riscos são fundamentais no contexto do Terceiro Setor, especialmente em instituições que dependem de recursos de doações e parcerias. A ausência de mecanismos eficazes pode comprometer a sustentabilidade das ações, tornando urgente a adoção de práticas que garantam maior previsibilidade e segurança nas operações religiosas.

Na Categoria 4.4 – Sustentabilidade, a maior percepção (88,5%) se refere à atuação das paróquias para minimizar impactos negativos e maximizar os benefícios sociais, mostrando um compromisso com o bem-estar comunitário. Contudo, a menor percepção (72,1%) evidencia que a divulgação de ações ambientais e sociais ainda é limitada, sugerindo a necessidade de tornar mais visíveis as iniciativas sustentáveis praticadas pela paróquia.

Na Categoria 4.5 – Governança Paroquial, com destaque para a proteção dos direitos e deveres dos fiéis (97,1%), essa categoria reflete um ambiente de respeito e valorização da participação comunitária. A menor percepção (84,6%) à atuação independente do conselho paroquial indica que esse órgão, apesar de existir, ainda pode ganhar mais autonomia e relevância no processo decisório da paróquia.

#### 4.3.5 Princípio da Integridade

O Quadro 12 apresenta as afirmações relacionadas às categorias do Princípio da Integridade. Esse princípio está associado à conduta ética, à coerência entre discurso e prática e ao comprometimento com a verdade nas ações institucionais.

Quadro 12 – Afirmações do Princípio da Integridade

5 Princípio da Integridade	Afirmações	Escala Likert					Peso %
		NA	AP	N	AM	AT	
<b>Categoria 5.1 – Compromisso com a Verdade</b>	A paróquia deve garantir que todas as informações divulgadas sejam precisas e livres de distorções.	0	2	0	3	21	91,3
	Nenhuma prática de manipulação de dados deve ser tolerada em qualquer nível organizacional.	1	1	0	2	22	91,3
	O compromisso com a verdade deve ser mantido mesmo quando a transparência trazer desafios.	0	2	0	1	23	93,3
	Todo colaborador tem a responsabilidade de relatar informações de forma honesta.	0	2	0	2	22	92,3
<b>Média</b>							<b>92,1</b>
<b>Categoria 5.2 – Consistência nas Ações</b>	As decisões devem ser coerentes com os valores da organização, independentemente das circunstâncias.	0	0	0	3	23	97,1
	A integridade exige que as promessas feitas sejam cumpridas sem justificativas inconsistentes.	0	0	0	5	21	95,2
	As regras e políticas devem ser aplicadas de forma uniforme, sem exceções injustificadas.	0	0	0	5	21	95,2
	A conduta dos gestores deve refletir os mesmos padrões exigidos dos colaboradores.	0	0	1	1	24	97,1
<b>Média</b>							<b>95,8</b>
<b>Categoria 5.3 – Fidelidade aos Propósitos</b>	A paróquia deve atuar sempre alinhada à sua missão, sem comprometer seus princípios em busca de vantagens.	0	0	0	2	24	98,1
	Os colaboradores devem defender os interesses organizacionais sem comprometer a integridade pessoal ou profissional.	0	0	0	5	21	95,2
	Qualquer decisão deve considerar se está alinhada aos objetivos e compromissos institucionais da paróquia.	0	0	0	4	22	96,2
	A integridade exige que a organização não se desvie de seus valores fundamentais por pressões externas.	0	0	0	3	23	97,1
<b>Média</b>							<b>96,5</b>
<b>Categoria 5.4 – Confiança nas Relações</b>	Os compromissos assumidos devem ser honrados sem justificativas que possam comprometer a credibilidade.	0	0	0	2	24	98,1
	A empresa deve incentivar um ambiente onde a confiança seja construída pela coerência e respeito mútuo.	0	0	0	0	26	100,0
	Toda comunicação deve ser transparente e clara para evitar dúvidas sobre intenções e compromissos.	0	0	0	4	22	96,2

		Continuação do quadro 12...					
	A integridade requer que a confiança seja cultivada continuamente, sem atitudes que a coloquem em risco.	0	0	0	4	22	96,2
<b>Média</b>							<b>98,1</b>
<b>Categoria 5.5 – Honestidade nos Processos</b>	Todos os processos internos devem ser conduzidos sem manipulações ou práticas que possam comprometer sua legitimidade.	0	0	0	0	26	100,0
	As regras internas devem ser seguidas rigorosamente, sem favorecimentos ou brechas para interpretações duvidosas.	0	0	1	5	20	93,3
	Qualquer falha identificada deve ser corrigida sem tentativas de encobrir ou minimizar sua gravidade.	0	0	0	5	21	95,2
	A integridade exige que os processos organizacionais sejam conduzidos com total transparência e ética.	0	0	0	1	25	99,0
<b>Média</b>							<b>96,2</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No Quadro 12, apresenta-se as análises referentes ao princípio da integridade, portanto, na Categoria 5.1 – Compromisso com a Verdade, a maior percepção (93,3%) demonstra que a paróquia mantém firme seu compromisso com a verdade, mesmo diante de possíveis desafios internos. Em contraste, a menor percepção (91,3%) indica que práticas de omissão ou manipulação de dados ainda não são rejeitadas com unanimidade. Isso revela uma oportunidade de fortalecer a cultura da integridade em todos os níveis organizacionais.

Na Categoria 5.2 – Consistência nas Ações, com altíssimo nível de percepção (97,1%) nas afirmações que tratam da coerência das decisões com os valores da organização, a paróquia mostra um forte alinhamento entre discurso e prática. No entanto, a menor percepção (95,2%) aponta que, em alguns casos, pode haver exceções no cumprimento das políticas internas. Rosini e Silva (2018) destacam que a integridade institucional requer uniformidade nas ações e nas decisões, pois a aplicação justa e contínua das regras reforça a confiança dos membros e garante um ambiente ético e coeso. Para organizações religiosas, essa consistência é ainda mais essencial, dado seu compromisso com valores morais e espirituais.

Na Categoria 5.3 – Fidelidade aos Propósitos, com percepções muito elevadas (todas acima de 95%), essa categoria reflete o compromisso da paróquia em permanecer fiel à sua missão, mesmo diante de pressões externas. Isso demonstra maturidade institucional e fidelidade aos valores e objetivos pastorais.

Na Categoria 5.4 – Confiança nas Relações, a afirmação com 100% de percepção à construção da confiança por meio da coerência e respeito revela um ambiente organizacional fortemente baseado em relações sólidas. Por outro lado, a menor percepção (96,2%) indica que ainda há espaço para tornar a comunicação interna mais clara e eficaz. Como afirma o IBGC (2023), a confiança é um dos pilares essenciais da governança corporativa, especialmente em instituições do Terceiro Setor, onde a credibilidade junto à comunidade é vital para a continuidade e legitimidade das atividades. Carneiro, Oliveira e Torres (2011) complementam que a construção da confiança se dá por meio de práticas consistentes de comunicação transparente e respeito mútuo, que fortalecem os vínculos entre liderança e comunidade.

Na Categoria 5.5 – Honestidade nos Processos, com percepções praticamente unânimes (duas afirmações com 100%), essa categoria evidencia um

compromisso claro com a condução ética e transparente dos processos organizacionais. A menor percepção (93,3%) indica que ainda pode haver dúvidas ou brechas na aplicação rigorosa das regras internas.

#### 4.4 RESUMO DA PONTUAÇÃO MÉDIA (%)

Para visualizar de forma resumida o que foi apresentado nas análises anteriores, utilizou-se quadros com o ranking da pontuação média (%) dos níveis de concordância das afirmações, categorias e princípios de governança corporativa. Esse resumo facilita a identificação dos princípios com maior e menor concordância, destacando aqueles mais valorizados na percepção dos gestores.

##### 4.4.1 Ranking da pontuação média (%) por afirmação dos Princípios de Governança Corporativa

O Quadro 13 traz o ranking referente a pontuação média por afirmação dos princípios de Governança Corporativa, representando um recorte do Apêndice B.

Quadro 13 – Ranking das afirmações dos Princípios de Governança Corporativa

Afirmações	Princípio	Categoria	Peso %
A paróquia promove uma cultura de ética e respeito em todas as suas atividades.	Responsabilidade Corporativa	Ética e Integridade	100
A empresa deve incentivar um ambiente onde a confiança seja construída pela coerência e respeito mútuo.	Integridade	Confiança nas Relações	100
Todos os processos internos devem ser conduzidos sem manipulações ou práticas que possam comprometer sua legitimidade.	Integridade	Honestidade nos Processos	100
Busca projetos sustentáveis que envolvam os fiéis na preservação ambiental.	Responsabilidade Corporativa	Sustentabilidade	70,2
Busca auditorias independentes quando necessário para validar informações financeiras.	Transparência	Veracidade e Confiabilidade da Informação	68,3
Corrige imediatamente qualquer erro ou omissão nos dados divulgados à comunidade.	Transparência	Veracidade e Confiabilidade da Informação	67,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Ao observar os dados do Quadro 13, é possível perceber quais aspectos da governança estão sendo mais valorizados pelas paróquias e também onde ainda existem pontos que precisam ser melhor desenvolvidos. Para facilitar essa leitura, foram destacados os três itens com maior e menor nível de percepção por parte dos respondentes.

Entre os pontos mais fortes, destacam-se três afirmações que atingiram 100% de percepção, o que demonstra um compromisso bastante sólido com princípios essenciais. A afirmação de que “A paróquia promove uma cultura de ética e respeito em todas as suas atividades” mostra que os participantes reconhecem e valorizam a conduta ética no dia a dia da instituição. Além disso, a confiança nas relações interpessoais e a integridade nos processos internos também aparecem com destaque, sinalizando que as paróquias buscam construir relações baseadas na coerência, na transparência e na honestidade.

Por outro lado, quando olhamos para os pontos com menor percepção, percebemos algumas fragilidades que merecem atenção. A menor pontuação foi para a afirmação “Corrige imediatamente qualquer erro ou omissão nos dados

divulgados à comunidade”, com 67,1%. Isso levanta um alerta sobre a forma como as informações são corrigidas e atualizadas, o que pode impactar na confiança dos fiéis. Outro ponto que chama atenção é a questão das auditorias independentes, com 68,3%, indicando que ainda há uma certa dificuldade ou até mesmo resistência em buscar validação externa para as informações financeiras. Por fim, a busca por projetos sustentáveis teve 70,2% de percepção, mostrando que, apesar de ser um tema relevante atualmente, a sustentabilidade ainda não é tratada como prioridade em todas as paróquias.

Esses dados mostram que as paróquias já possuem uma base muito forte quando se trata de ética e integridade, mas ainda têm espaço para crescer no que diz respeito à transparência e à responsabilidade socioambiental. Fortalecer esses pontos pode contribuir não apenas para uma gestão mais eficiente, mas também para uma relação mais próxima e confiável com a comunidade.

#### 4.4.2 Ranking de Adesão média (%) das categorias

No Quadro 14, é demonstrado o ranking com a pontuação média das categorias relacionadas aos Princípios de Governança Corporativa.

Quadro 14 – Ranking das categorias dos Princípios de Governança Corporativa

Categorias	Princípios	Média %
Confiança nas Relações	Integridade	98,1
Fidelidade aos Propósitos	Integridade	96,5
Honestidade nos Processos	Integridade	96,2
Mecanismos de Controle	Prestação De Contas	83,7
Divulgação de Relatórios Financeiros	Prestação De Contas	82
Sustentabilidade	Responsabilidade Corporativa	80,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O Quadro 14 traz um ranking com as médias de percepção às categorias que integram os Princípios da Governança Corporativa, permitindo uma leitura mais sensível sobre quais aspectos são mais reconhecidos e valorizados nas paróquias participantes.

As maiores médias de percepção foram registradas em categorias vinculadas ao Princípio da Integridade, o que indica que esse valor tem sido amplamente reconhecido e incorporado pelos respondentes. A categoria “Confiança nas Relações” aparece no topo do ranking, com 98,1%, revelando que a construção de relações pautadas na confiança e na coerência é altamente percebida. Em seguida, “Fidelidade aos Propósitos” (96,5%) e “Honestidade nos Processos” (96,2%) reforçam que os participantes demonstram um forte comprometimento com a verdade, com os objetivos institucionais e com a transparência no modo de agir.

Por outro lado, as menores médias indicam que algumas categorias ainda enfrentam certo distanciamento ou menor reconhecimento por parte dos respondentes. A menor percepção foi observada em “Sustentabilidade” (80,1%), o que sugere que ações voltadas à preservação ambiental e ao uso consciente dos recursos ainda não são amplamente adotadas ou percebidas como prioridade. As categorias “Divulgação de Relatórios Financeiros” (82%) e “Mecanismos de Controle” (83,7%) também apresentaram menores médias de percepção, apontando que os princípios ligados à Prestação de Contas ainda podem ser mais explorados, especialmente no que diz respeito à clareza e ao acompanhamento das informações financeiras.

Esses dados revelam que, entre os princípios avaliados, a Integridade se destaca como o mais percebido nas paróquias analisadas, o que é extremamente positivo. No entanto, também evidenciam que ainda há espaço para fortalecer outros pilares da governança, como a Prestação de Contas e a Responsabilidade Corporativa, especialmente em temas como sustentabilidade e transparência. Compreender esses pontos de maior e menor percepção é essencial para que se possa pensar em estratégias de orientação e formação que contribuam para uma gestão mais equilibrada, consciente e alinhada aos princípios da boa governança.

#### 4.4.3 Ranking de Adesão média (%) dos Princípios de Governança Cooperativa

Os dados informados no Quadro 15 dizem respeito à pontuação média dos Princípios de Governança Cooperativa, demonstrando o nível de percepção dos párocos em relação à aplicação de cada princípio dentro das cooperativas. A análise dos resultados reflete o comprometimento das organizações com práticas de boa governança e sua integração no processo, além de fornecer insights sobre áreas que podem demandar melhorias

Quadro 15 – Ranking dos Princípios de Governança Cooperativa

Princípios da Governança Cooperativa	Média (%)
Equidade	91,21
Transparência	89,41
Prestação De Contas	88,33
Governança Corporativa	88,62
Integridade	94,28

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Com base nos dados apresentados no quadro 15, verifica-se que o Princípio da Integridade foi o mais percebido pelas paróquias, com 94,28%. Esse resultado demonstra que os valores ligados à ética, coerência e compromisso com a verdade estão fortemente presentes na gestão paroquial. Em seguida, o Princípio da Equidade, com 91,21%, reforça o esforço em tratar todos os membros de forma justa e igualitária, embora alguns pontos ainda indiquem a necessidade de ampliar os espaços de participação e escuta da comunidade.

Os Princípios da Transparência (89,41%), Governança Corporativa (88,62%) e Prestação de Contas (88,33%) apresentaram médias um pouco mais baixas, sinalizando que aspectos como a divulgação de informações, o uso de auditorias externas e os mecanismos de controle ainda podem ser aprimorados. Isso mostra que, apesar de os princípios estarem presentes no discurso e em diversas práticas, há oportunidades concretas de fortalecimento, especialmente no que se refere ao acompanhamento financeiro e à prestação de contas à comunidade.

De modo geral, os dados revelam que as paróquias da Diocese de Criciúma demonstram forte alinhamento com os pilares da governança corporativa, principalmente no que diz respeito à integridade nas relações. No entanto, reforça-se a importância de continuar investindo em práticas mais transparentes e participativas, para consolidar uma gestão ética, confiável e comprometida com a missão da Igreja.

## Quadro 16 – Perguntas abertas

Perguntas abertas	Respostas
Independente das afirmações assinaladas anteriormente, você poderia descrever sua opinião/crítica sobre o que precisaria ser melhorado na sua Paróquia ou na Diocese para que haja maior adesão aos Princípios da Governança apresentados neste estudo?	De acordo com a respostas observa-se uma preocupação recorrente com a falta de formação dos líderes e membros das comunidades, o que dificulta o cumprimento das obrigações e a aplicação efetiva dos princípios de governança. A transparência é apontada como um valor essencial, sendo considerada um exemplo a ser dado pela Igreja à sociedade. Muitos participantes destacam a necessidade de melhor comunicação, uso de canais eficazes para divulgação de informações e detalhamento sobre as finanças, especialmente no que tange à cobrança de taxas e destinação de recursos.
Você gostaria de deixar aqui a sua opinião/crítica "pessoal" (independente das afirmações do questionário) sobre o que você pensa sobre os Princípios da Governança apresentados neste estudo?	Com base nas respostas apresentadas no questionário, entende-se que os participantes reconhecem a importância dos princípios da Governança Corporativa para a gestão das paróquias, ressaltando o papel fundamental do clero e a necessidade de maior formação para futuros padres, especialmente no que tange à administração paroquial. Destaca-se a importância da transparência, competência, responsabilidade e comunicação eficaz para uma gestão que atenda tanto os aspectos pastorais quanto administrativos. Além disso, há um consenso sobre a necessidade de uma base formativa mais sólida que inclua os princípios de governança, para que os líderes possam exercer sua função com clareza e segurança, melhorando a administração dos bens da igreja e promovendo a corresponsabilidade com a comunidade.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

A análise do Quadro 16 revela que os gestores paroquiais valorizam especialmente a integridade e a confiança nas relações como pilares essenciais para a sustentabilidade das paróquias, associando essas práticas à construção de um ambiente ético e transparente. Esse foco reflete um comprometimento dos líderes com a promoção de uma gestão alinhada aos valores institucionais, que busca fortalecer a coesão interna e a credibilidade junto à comunidade.

Além disso, observa-se um forte compromisso com a fidelidade aos propósitos da Igreja e com a manutenção da missão pastoral, reforçados pelo engajamento dos párocos e pela adesão dos fiéis aos princípios da governança corporativa. Embora o princípio da sustentabilidade e os mecanismos de controle apresentem níveis menores de adesão, são reconhecidos como áreas que demandam aprimoramento, indicando desafios para garantir maior transparência e participação nas decisões.

### 4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos na pesquisa revelam elevada adesão das paróquias ao princípio da integridade, especialmente no compromisso com a verdade e na conduta ética dos gestores. Essa constatação está em consonância com o que defende o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2023), ao indicar que a integridade deve ser um valor norteador das decisões e atitudes institucionais, assegurando coerência e credibilidade organizacional. A paróquia, ao incorporar esses valores, fortalece sua legitimidade perante a comunidade, refletindo práticas de governança sustentadas por padrões éticos consistentes.

Quanto à transparência, os resultados demonstram avanços importantes, como a clareza nas informações e a abertura ao diálogo com os fiéis. No entanto,

limitações foram observadas quanto à publicação de relatórios financeiros e à adoção de auditorias independentes. Conforme Ferrarezi (2011). A transparência vai além do cumprimento formal de obrigações e deve incluir a disponibilização de informações de forma acessível, clara e tempestiva, de modo a fomentar a confiança pública. Essa lacuna identificada no estudo reforça a necessidade de amadurecimento institucional para que a paróquia avance rumo a uma comunicação mais efetiva e abrangente.

A governança paroquial também apresentou fragilidades quanto à independência dos conselhos e à gestão de riscos, embora os dados apontem comprometimento com ações sociais e éticas. De acordo com Falconer (2002), organizações do Terceiro Setor precisam superar a gestão intuitiva e adotar práticas sistematizadas, especialmente na identificação e controle de riscos que possam comprometer sua missão.

Essa perspectiva também é compartilhada por Carneiro, Oliveira e Torres (2011), ao ressaltarem que a estruturação de mecanismos de controle e monitoramento é essencial para a sustentabilidade das instituições religiosas, ampliando a eficácia das suas ações sociais e pastorais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a percepção dos párocos da Diocese de Criciúma/SC aos princípios da governança corporativa. Com base na aplicação de um questionário estruturado para eles, foi possível identificar o nível de alinhamento das práticas administrativas paroquiais com os cinco princípios propostos: integridade, transparência, equidade, responsabilidade corporativa e prestação de contas. A análise dos dados obtidos revelou importantes elementos sobre a gestão das instituições religiosas e permitiu compreender como esses princípios são incorporados na condução das atividades pastorais e administrativas.

Os resultados indicaram alto nível de percepção dos párocos ao princípio da integridade, demonstrando o compromisso das paróquias com a honestidade, a coerência entre discurso e prática e a fidelidade aos valores institucionais. A equidade também apresentou elevados índices, evidenciando esforços no tratamento justo dos fiéis, na inclusão comunitária e na garantia de participação ativa nas decisões. Esses dados mostram que, mesmo em um contexto religioso, os conceitos de governança moderna estão sendo aplicados de maneira ética e estruturada, contribuindo para fortalecer o vínculo entre líderes e comunidade.

No que diz respeito à transparência, observou-se um bom nível de comprometimento, especialmente em relação à clareza das informações divulgadas e ao estímulo ao diálogo com os fiéis.

No entanto, algumas limitações surgiram, como a divulgação de informações por múltiplos canais e a prática de auditorias independentes, que ainda são incipientes em boa parte das paróquias. Esse cenário aponta para oportunidades de aprimoramento, sobretudo na comunicação e na validação externa das informações geradas pela administração paroquial.

A prestação de contas também foi bem avaliada, com destaque para o senso de responsabilidade dos párocos quanto à gestão dos recursos e à correção de eventuais falhas. Contudo, foram identificadas fragilidades na publicação regular de relatórios financeiros e na existência de mecanismos seguros para denúncias de irregularidades. Já o princípio da responsabilidade corporativa revelou uma atuação

relevante das paróquias em ações sociais, mas ainda carente de maior divulgação e de estratégias voltadas à sustentabilidade ambiental, além da necessidade de fortalecer a autonomia dos conselhos paroquiais.

Em síntese, o estudo demonstra que as paróquias da Diocese de Criciúma/SC vêm incorporando, de maneira significativa, os fundamentos da governança corporativa em sua gestão. Ainda assim, persistem desafios relacionados à institucionalização de práticas mais robustas de controle, comunicação e sustentabilidade. O fortalecimento da cultura organizacional voltada à governança pode contribuir para uma Igreja mais transparente, participativa e ética, sem perder de vista sua missão evangelizadora e social. O avanço nesse campo exige investimentos contínuos em formação, estrutura e compromisso com a excelência na administração das atividades religiosas.

Entre as principais limitações desta pesquisa, destaca-se a restrição geográfica, uma vez que o estudo abrange apenas as paróquias da Diocese de Criciúma/SC, o que pode limitar a generalização dos resultados para outras regiões ou dioceses com características distintas. Além disso, a pesquisa baseou-se exclusivamente na percepção dos párocos, o que pode ter introduzido vieses subjetivos na avaliação dos princípios de governança. A ausência de dados financeiros objetivos e a não participação de todos os párocos convidados também representam restrições, reduzindo a abrangência da amostra. Por fim, a utilização de um questionário estruturado pode ter limitado respostas mais aprofundadas, especialmente em relação às práticas informais de gestão.

Para estudos futuros, sugere-se a ampliação da pesquisa para outras dioceses, a fim de permitir comparações regionais e identificar padrões ou particularidades na aplicação dos princípios da governança corporativa. Também seria pertinente incluir a percepção de outros agentes da comunidade paroquial, como membros dos conselhos administrativos e representantes dos fiéis, enriquecendo a análise com múltiplas visões. Outra possibilidade é investigar, de forma qualitativa, os fatores que dificultam a implementação plena desses princípios. Estudos que incorporem dados financeiros e auditorias externas poderiam complementar os achados, oferecendo uma visão mais abrangente da governança nas organizações religiosas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA PRADO, InésMaría Coimbra de; CASTRO, Taiane Lobato de. **O controle do terceiro setor**. 2007. Disponível em:

<http://www.clad.org.ve/fulltext/0030101.html>>. Acesso em: 15 set. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CARNEIRO, Paulo; OLIVEIRA, Sônia; TORRES, Renata. Accountability e prestação de contas em organizações religiosas: um estudo sobre transparência financeira.

**Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 2, p. 45-60, 2011.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DALL'AGNOL, Camila Fortuna; Tondolo, Rosana da Rosa Portella; Tondolo, Vilmar Antonio Gonçalves; Sarquis, Aléssio Bessa. Governança corporativa no terceiro setor: um estudo sobre transparência e prestação de contas. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 319-336, 2015.

FERRAREZI, Eliana; PACHECO, Vicente; PORTULHAK, Henrique. Governança e controle no terceiro setor: diretrizes e práticas contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 193, p. 23-33, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia das melhores práticas de governança para o terceiro setor**. São Paulo: IBGC, 2016.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

MADEIRA, Felícia Reicher; BIANCARDI, Miriam Ribeiro. O desafio das estatísticas do terceiro setor. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 177-184, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDES, Silvio; SILVA, Antonio José. A promessa do terceiro setor. **Revista de Gestão Pública**, v. 9, n. 2, p. 24-45, 2015.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

NEVES, Mauricio. **O perigo da duplicidade da receita nas instituições religiosas**. Blog Sores Neves. Disponível em: <http://blog.soresneves.com.br/duplicidade-das-receitas-nas-instituicoes-religiosas/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

NUNES, Claudia Regina; ALMEIDA, Fernanda. Os desafios das políticas públicas e o papel do terceiro setor. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 4, p. 45-67, 2020.

OLIVEIRA, Diane Doneda de; FARIA, Christiani Oliveira; CEZAR, Jesuina Figueira. A contabilidade e a prestação de contas no terceiro setor: estudo de caso em uma organização religiosa católica. **Revista Transformar**, v. 12, n. 1, p. 303-319, 2018.

OLIVEIRA, Maria José. Os desafios da governança no terceiro setor. **Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 8, n. 3, p. 12-30, 2018.

OLIVEIRA, Silvio Borges de. Ação social e terceiro setor no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 45, n. 3, p. 45-67, 2009.



REIS, João Carlos; PEREIRA, Luiz Augusto A nova governança no terceiro setor: um estudo de caso. Revista Brasileira de Administração Pública, v. 22, n. 1, p. 56-78, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PÁROCOS DE CADA PARÓQUIA

---

# GRAU DE ADESÃO AOS PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO COM AS PARÓQUIAS DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA DA DIOCESE DE CRICIÚMA/SC

Eu, Renan Ronchi de Assis, Acadêmico da 9ª fase do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, venho seu apoio na pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O estudo tem como objetivo saber qual é o grau de adesão das Paróquias da Diocese de Criciúma/SC aos princípios da governança corporativa.

Prazo para recebimento de respostas: até 10/04/2024



# GRAU DE ADESÃO AOS PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO COM AS PARÓQUIAS DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA DA DIOCESE DE CRICIÚMA/SC

\* Indica uma pergunta obrigatória

## BLOCO I - PERFIL DO RESPONDENTE

\*

Qual sua idade?

- Entre 20 a 35 anos
- Entre 35 a 50 anos
- Mais de 50 anos

Quais suas formações, além das obrigatórias ao sacerdócio: \*

- 2ª graduação
- Especialização (MBA)
- Mestrado
- Doutorado

Quantos anos de ordenação? \*

- Menos 10 anos
- Entre 10 e 20 anos
- Entre 20 e 30 anos
- Mais de 30 anos

Há quantos anos exerce a função de Pároco: \*

- Menos 10 anos
- Entre 10 e 20 anos
- Entre 20 e 30 anos
- Mais de 30 anos

Nesta Paróquia, há quanto tempo é Pároco: \*

- Menos 10 anos
- Entre 10 e 20 anos
- Entre 20 e 30 anos
- Mais de 30 anos

## BLOCO II - PERFIL DA PARÓQUIA

\*

Tempo de existência da Paróquia

- Menos 10 anos
  - Entre 10 e 20 anos
  - Entre 20 e 30 anos
  - Mais de 30 anos
- 

\*

Nº de comunidades da Paróquia

- Menos de 5
  - Entre 5 e 10
  - Entre 10 e 15
  - Mais de 15
- 

\*

Quantos Padres tem na Paróquia, contando com você?

- 1 Padre
- 2 Padres
- 3 Padres
- Mais de 3 Padres

## IMPORTANTE LER ANTES DE RESPONDER AS PRÓXIMAS PERGUNTAS:

A governança corporativa tem se consolidado como um conjunto de princípios e boas práticas voltadas à transparência, integridade e sustentabilidade das organizações. Embora tradicionalmente associada ao ambiente corporativo, sua aplicação tem se expandido para organizações sem fins lucrativos e instituições religiosas, como a Igreja Católica, por exemplo. Dada a relevância social e econômica das Paróquias de determinada Diocese, torna-se fundamental compreender como essas entidades adotam e se alinham aos princípios da governança corporativa. No contexto da Diocese de Criciúma/SC, por exemplo, as Paróquias desempenham papel essencial na administração de recursos e prestação de serviços comunitários. Entretanto, a ausência de um modelo formal de governança pode comprometer a transparência, a prestação de contas e a equidade na gestão. Presume-se então que haja uma possibilidade de pesquisar em que medida os Princípios da Governança Corporativa – princípio da integridade, princípio da transparência, princípio da equidade, princípio da prestação de contas (accountability) e princípio da responsabilidade corporativa, estão presentes no dia a dia e nas práticas administrativas dessas instituições.

Senhor Reverendo, presume-se que seja possível estabelecer uma relação de menor ou maior grau de aderência acerca dos Princípios da Governança Corporativa. Por isso, solicitamos a gentileza de responder as perguntas abaixo adotando como sujeito/objeto de análise a sua Paróquia.

Afirmamos que esta pesquisa é orientada pelo professor Mestre Sérgio Mendonça da Silva e os dados coletados serão tratados com sigilo próprio de um trabalho científico.

### **BLOCO III - PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

#### **1 PRINCÍPIO DA INTEGRIDADE**

\*

### 1.1 Compromisso com a Verdade

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia deve garantir que todas as informações divulgadas sejam precisas e livres de distorções.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nenhuma prática de omissão ou manipulação de dados deve ser tolerada em qualquer nível organizacional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O compromisso com a verdade deve ser mantido mesmo quando a transparência trazer desafios internos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Todo colaborador tem a responsabilidade de relatar informações de forma honesta e objetiva.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 1.2 Consistência nas Ações \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
As decisões devem ser coerentes com os valores da organização, independentemente das circunstâncias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A integridade exige que as promessas feitas sejam cumpridas sem desvios ou justificativas inconsistentes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As regras e políticas devem ser aplicadas de forma uniforme, sem exceções injustificadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A conduta dos gestores deve refletir os mesmos padrões exigidos dos colaboradores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 1.3 Fidelidade aos Propósitos \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia deve atuar sempre alinhada à sua missão, sem comprometer seus princípios em busca de vantagens.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os colaboradores devem defender os interesses organizacionais sem comprometer a integridade pessoal ou profissional.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualquer decisão deve considerar se está alinhada aos objetivos e compromissos institucionais da Paróquia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A integridade exige que a organização não se desvie de seus valores fundamentais por pressões externas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

#### 1.4 Confiança nas Relações \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Os compromissos assumidos devem ser honrados sem justificativas que possam comprometer a credibilidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A empresa deve incentivar um ambiente onde a confiança seja construída pela coerência e respeito mútuo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Toda comunicação deve ser transparente e clara, evitando dúvidas sobre intenções e compromissos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A integridade requer que a confiança seja cultivada continuamente, sem atitudes que a coloquem em risco.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 1.5 Honestidade nos Processos \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Todos os processos internos devem ser conduzidos sem manipulações ou práticas que possam comprometer sua legitimidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As regras internas devem ser seguidas rigorosamente, sem favorecimentos ou brechas para interpretações duvidosas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualquer falha identificada deve ser corrigida sem tentativas de encobrir ou minimizar sua gravidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A integridade exige que os processos organizacionais sejam conduzidos com total transparência e ética.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 2 PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA

### 2.1 Divulgação de Informações Relevantes \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Compartilha informações financeiras e operacionais de forma clara e objetiva com os fiéis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibiliza relatórios periódicos sobre a gestão dos recursos arrecadados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Vai além das exigências mínimas, informando sobre ações e projetos que impactam a Paróquia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Usa múltiplos canais para garantir que todos tenham acesso às informações divulgadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 2.2 Clareza e Acessibilidade da Informação \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Apresenta comunicados e documentos de maneira simples e compreensível para todos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Evita linguagem técnica que possa dificultar o entendimento dos fiéis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibiliza as informações em locais acessíveis, como murais, redes sociais e reuniões presenciais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilita o acesso dos fiéis aos dados administrativos por meio de reuniões abertas e prestação de contas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 2.3 Divulgação de Informações Não Financeiras \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Informa sobre projetos sociais, ambientais e educacionais promovidos pela Paróquia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Compartilha ações que beneficiam a comunidade e incentivam a participação dos fiéis.

    

Demonstra compromisso com a missão social da Igreja e seu impacto na sociedade.

    

Permite que os membros avaliem a transparência e coerência das atividades desenvolvidas.

    

#### 2.4 Veracidade e Confiabilidade da Informação \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Garante que as informações divulgadas sejam precisas e confiáveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adota controles internos para assegurar a veracidade dos dados fornecidos aos fiéis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Busca auditorias independentes, quando necessário, para validar informações financeiras.

Corrige imediatamente qualquer erro ou omissão nos dados divulgados à comunidade.

## 2.5 Comunicação com os Fiéis e a Comunidade \*

Não Adere

Adere Pouco

Neutro

Adere Moderadamente

Adere Totalmente

Mantém canais de comunicação abertos e transparentes com os fiéis.

Responde prontamente às perguntas e solicitações de informações da comunidade.

Busca constantemente o feedback dos fiéis para melhorar a gestão e os serviços paroquiais.

Estimula o diálogo entre a liderança da Paróquia e os membros da comunidade.

    

### 3 PRÍNCIPIO DA EQUIDADE

\*

#### 3.1 Tratamento Justo dos Fiéis

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Garante que todos os fiéis sejam tratados de forma igualitária, sem distinção de status social ou contribuição financeira.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Impede privilégios que favoreçam determinados membros da Paróquia em detrimento de outros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Promove a inclusão e participação ativa de todos os fiéis nas decisões e atividades da Paróquia.

    

### 3.2 Relações com a Comunidade \*

Não Adere      Adere Pouco      Neutro      Adere Moderadamente      Adere Totalmente

Considera os interesses de todos os envolvidos, incluindo fiéis, voluntários, moradores e instituições parceiras.

    

Estabelece canais de comunicação acessíveis para ouvir e dialogar com a comunidade

    

Busca soluções que equilibrem os interesses da Paróquia e das necessidades da comunidade local.

    

Evita decisões que possam gerar exclusão ou tratamento desigual entre os membros da comunidade.

### 3.3 Transparência nas Decisões Paroquiais

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Divulga de forma clara e acessível as decisões tomadas pela liderança da Paróquia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Garante que os processos internos sejam conduzidos de maneira justa e imparcial.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Permite que os fiéis compreendam como são administrados os recursos e atividades da Paróquia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabelece mecanismos para tratar e resolver possíveis conflitos de interesse.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 3.4 Proteção dos Direitos dos Membros \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Implementa práticas que assegurem a igualdade de voz e participação dos membros na vida paroquial.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Garante que todos os fiéis tenham espaço para expressar suas opiniões e preocupações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oferece canais de atendimento para esclarecer dúvidas e registrar sugestões dos fiéis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Protege o direito dos fiéis à participação em decisões que impactam diretamente suas vivências religiosas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 3.5 Igualdade de Oportunidades \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
Promove a inclusão de todos, independentemente de idade, gênero ou condição financeira.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estimula a participação ativa de diferentes grupos da comunidade na organização de eventos religiosos e sociais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Incentiva a diversidade e a valorização de todas as vocações dentro da Paróquia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Combate qualquer forma de discriminação nas atividades e serviços oferecidos.

    

#### 4. PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE COPORATIVA

##### 4.1 Cumprimento de Leis e Normas Religiosas \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia segue todas as normas e diretrizes da Igreja e da legislação vigente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São estabelecidas políticas internas para garantir a conformidade com as normas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Paróquia monitora regularmente o cumprimento das normas estabelecidas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Violações são corrigidas rapidamente para manter a integridade da administração.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

#### 4.2 Ética e Integridade \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia promove uma cultura de ética e respeito em todas as suas atividades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São definidos padrões éticos que guiam o comportamento dos membros e líderes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programas de formação em ética são oferecidos para fortalecer os valores cristãos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualquer violação ao código de conduta é investigada e tratada com seriedade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

#### 4.3 Gestão de Riscos \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia identifica e gerencia riscos que possam comprometer suas atividades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São criados planos de contingência para lidar com eventos inesperados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Há um monitoramento contínuo dos riscos internos e externos à organização.

A Paróquia busca reduzir a possibilidade de problemas e seus impactos na comunidade.

#### 4.4 Sustentabilidade \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia considera os impactos ambientais e sociais em suas decisões.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atua para minimizar impactos negativos e maximizar benefícios para a comunidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Busca projetos sustentáveis que envolvam os fiéis na preservação ambiental.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Divulga suas ações de responsabilidade ambiental e social para a comunidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
--	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------

#### 4.5 Governança Paroquial \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia adota práticas que promovem a transparência, equidade e responsabilidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O conselho paroquial atua de forma independente e eficaz na administração.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os direitos e deveres dos fiéis são protegidos e respeitados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Busca-se um alinhamento entre os interesses da liderança e da comunidade paroquial.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 5 PRINCÍPIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

### 5.1 Responsabilidade da Gestão Paroquial \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia presta contas sobre suas decisões e ações à comunidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A administração da Paróquia justifica suas escolhas e demonstrar responsabilidade na gestão dos recursos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabelecem mecanismos para avaliar o desempenho dos responsáveis pela gestão da Paróquia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Pároco se responsabiliza por eventuais falhas na administração e corrige eventuais desvios de conduta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 5.2 Divulgação de Relatórios Financeiros \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia publica relatórios financeiros periódicos sobre arrecadação e despesas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As demonstrações financeiras são elaboradas com transparência e de acordo com princípios contábeis adequados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os relatórios financeiros são submetidos à avaliação de conselhos ou comitês responsáveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As informações contábeis são detalhadas para que os fiéis compreendam o uso dos recursos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### 5.3 Responsabilidade Social e Comunitária \*

	Não Adere	Adere Pouco	Neutro	Adere Moderadamente	Adere Totalmente
A Paróquia assume a responsabilidade pelos impactos sociais de suas ações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

As iniciativas sociais e comunitárias são comunicadas de forma clara aos fiéis.

    

Busca minimizar impactos negativos e maximizar benefícios para a sociedade.

    

Atua de maneira comprometida com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade.

    

#### 5.4 Mecanismos de Controle \*

Não Adere      Adere Pouco      Neutro      Adere Moderadamente      Adere Totalmente

São estabelecidos procedimentos internos para evitar fraudes e má gestão.

    

Existem canais para que os fiéis possam denunciar irregularidades de forma segura.

As denúncias são investigadas com seriedade e as irregularidades corrigidas rapidamente.

A cultura da ética e transparência é incentivada em todas as atividades da Paróquia.

### 5.5 Transparência na Remuneração de Párocos \*

Não Adere      Adere Pouco      Neutro      Adere Moderadamente      Adere Totalmente

A Paróquia divulga informações sobre a remuneração de seus líderes religiosos.

Os critérios para remuneração são definidos de forma transparente e justa.

Evita-se remuneração excessiva ou incompatível com os princípios da Igreja.

Há um equilíbrio entre a remuneração dos líderes e as necessidades da comunidade

    

#### BLOBO IV PERGUNTAS ABERTAS

1 - Independente das afirmações assinaladas anteriormente, você poderia descrever sua opinião/crítica sobre o que precisaria ser melhorado na sua Paróquia ou na Diocese para que haja maior adesão aos Princípios da Governança apresentados neste estudo?

Sua resposta

---

2 - Você gostaria de deixar aqui a sua opinião/crítica "pessoal" (independente das afirmações do questionário) sobre o que você pensa sobre os Princípios da Governança apresentados neste estudo?

Sua resposta

---

## APÊNDICE B – RANKING PONTUAÇÃO MÉDIA DAS AFIRMAÇÕES

AFIRMAÇÕES	PRINCÍPIO	CATEGORIA	PESO %
A paróquia promove uma cultura de ética e respeito em todas as suas atividades.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Ética e Integridade	100
A empresa deve incentivar um ambiente onde a confiança seja construída pela coerência e respeito mútuo.	INTEGRIDADE	Confiança nas Relações	100
Todos os processos internos devem ser conduzidos sem manipulações ou práticas que possam comprometer sua legitimidade.	INTEGRIDADE	Honestidade nos Processos	100
Garante que as informações divulgadas sejam precisas e confiáveis.	TRANSPARÊNCIA	Veracidade e Confiabilidade da Informação	99
Os párocos se responsabiliza por eventuais falhas na administração e corrige eventuais desvios de conduta.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Responsabilidade da Gestão Paroquial	99
A integridade exige que os processos organizacionais sejam conduzidos com total transparência e ética.	INTEGRIDADE	Honestidade nos Processos	99
Evita decisões que possam gerar exclusão ou tratamento desigual entre os membros da comunidade.	EQUIDADE	Relações com a Comunidade	98,1
Garante que os processos internos sejam conduzidos de maneira justa e imparcial.	EQUIDADE	Transparência nas Decisões Paroquiais	98,1
A paróquia deve atuar sempre alinhada à sua missão, sem comprometer seus princípios em busca de vantagens.	INTEGRIDADE	Fidelidade aos Propósitos	98,1
Os compromissos assumidos devem ser honrados sem justificativas que possam comprometer a credibilidade.	INTEGRIDADE	Confiança nas Relações	98,1
Impede privilégios que favoreçam determinados membros da paróquia em detrimento de outros.	EQUIDADE	Tratamento Justo dos Fiéis	97,1
Combate qualquer forma de discriminação nas atividades e serviços oferecidos.	EQUIDADE	Igualdade de Oportunidades	97,1
Estimula o diálogo entre a liderança da paróquia e os membros da comunidade.	TRANSPARÊNCIA	Comunicação com os Fiéis e a Comunidade	97,1
São definidos padrões éticos que guiam o comportamento dos membros e líderes.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Ética e Integridade	97,1
A paróquia adota práticas que promovem a transparência, equidade e responsabilidade.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Governança Paroquial	97,1
Os direitos e deveres dos fiéis são protegidos e respeitados.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Governança Paroquial	97,1
As decisões devem ser coerentes com os valores da organização, independentemente das circunstâncias.	INTEGRIDADE	Consistência nas Ações	97,1
A conduta dos gestores deve refletir os mesmos padrões exigidos dos colaboradores.	INTEGRIDADE	Consistência nas Ações	97,1
A integridade exige que a organização não se desvie de seus valores fundamentais por pressões externas.	INTEGRIDADE	Fidelidade aos Propósitos	97,1
Compartilha ações que beneficiam a comunidade e incentivam a participação dos fiéis.	TRANSPARÊNCIA	Divulgação de Informações Não Financeiras	96,3
Adota controles internos para assegurar a	TRANSPARÊNCIA	Veracidade e	96,2

veracidade dos dados fornecidos aos fiéis.		Confiabilidade da Informação	
Evita-se remuneração excessiva ou incompatível com os princípios da Igreja.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Transparência na Remuneração de Párocos	96,2
Qualquer decisão deve considerar se está alinhada aos objetivos e compromissos institucionais da paróquia.	INTEGRIDADE	Fidelidade aos Propósitos	96,2
Toda comunicação deve ser transparente e clara para evitar dúvidas sobre intenções e compromissos.	INTEGRIDADE	Confiança nas Relações	96,2
A integridade requer que a confiança seja cultivada continuamente, sem atitudes que a coloquem em risco.	INTEGRIDADE	Confiança nas Relações	96,2
Incentiva a diversidade e a valorização de todas as vocações dentro da paróquia.	EQUIDADE	Igualdade de Oportunidades	95,2
Mantém canais de comunicação abertos e transparentes com os fiéis.	TRANSPARÊNCIA	Comunicação com os Fiéis e a Comunidade	95,2
Qualquer violação ao código de conduta é investigada e tratada com seriedade.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Ética e Integridade	95,2
A integridade exige que as promessas feitas sejam cumpridas sem desvios ou justificativas inconsistentes.	INTEGRIDADE	Consistência nas Ações	95,2
As regras e políticas devem ser aplicadas de forma uniforme, sem exceções injustificadas.	INTEGRIDADE	Consistência nas Ações	95,2
Os colaboradores devem defender os interesses organizacionais sem comprometer a integridade pessoal ou profissional.	INTEGRIDADE	Fidelidade aos Propósitos	95,2
Qualquer falha identificada deve ser corrigida sem tentativas de encobrir ou minimizar sua gravidade.	INTEGRIDADE	Honestidade nos Processos	95,2
Promove a inclusão de todos, independentemente de idade, gênero ou condição financeira.	EQUIDADE	Igualdade de Oportunidades	94,2
Responde prontamente às perguntas e solicitações de informações da comunidade.	TRANSPARÊNCIA	Comunicação com os Fiéis e a Comunidade	94,2
Os critérios para remuneração são definidos de forma transparente e justa.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Transparência na Remuneração de Párocos	94,2
Há um equilíbrio entre a remuneração dos líderes e as necessidades da comunidade	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Transparência na Remuneração de Párocos	94,2
A paróquia segue todas as normas e diretrizes da Igreja e da legislação vigente.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Cumprimento de Leis e Normas Religiosas	94,2
Busca-se um alinhamento entre os interesses da liderança e da comunidade paroquial.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Governança Paroquial	94,2
Estabelece mecanismos para tratar e resolver possíveis conflitos de interesse.	EQUIDADE	Transparência nas Decisões Paroquiais	93,3
Garante que todos os fiéis tenham espaço para expressar suas opiniões e preocupações.	EQUIDADE	Proteção dos Direitos dos Membros	93,3
Estimula a participação ativa de diferentes grupos da comunidade na organização de eventos religiosos e sociais.	EQUIDADE	Igualdade de Oportunidades	93,3

O compromisso com a verdade deve ser mantido mesmo quando a transparência trazer desafios internos.	INTEGRIDADE	Compromisso com a Verdade	93,3
As regras internas devem ser seguidas rigorosamente, sem favorecimentos ou brechas para interpretações duvidosas.	INTEGRIDADE	Honestidade nos Processos	93,3
Garante que todos os fiéis sejam tratados de forma igualitária, sem distinção de status social ou contribuição financeira.	EQUIDADE	Tratamento Justo dos Fiéis	92,3
Demonstra compromisso com a missão social da Igreja e seu impacto na sociedade.	TRANSPARÊNCIA	Divulgação de Informações Não Financeiras	92,3
A cultura da ética e transparência é incentivada em todas as atividades da paróquia.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Mecanismos de Controle	92,3
Todo colaborador tem a responsabilidade de relatar informações de forma honesta e objetiva.	INTEGRIDADE	Compromisso com a Verdade	92,3
Considera os interesses de todos os envolvidos, incluindo fiéis, voluntários, moradores e instituições parceiras.	EQUIDADE	Relações com a Comunidade	91,3
Permite que os fiéis compreendam como são administrados os recursos e atividades da paróquia.	EQUIDADE	Transparência nas Decisões Paroquiais	91,3
A paróquia presta contas sobre suas decisões e ações à comunidade.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Responsabilidade da Gestão Paroquial	91,3
A administração da paróquia justifica suas escolhas e demonstrar responsabilidade na gestão dos recursos.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Responsabilidade da Gestão Paroquial	91,3
As demonstrações financeiras são elaboradas com transparência e de acordo com princípios contábeis adequados.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Divulgação de Relatórios Financeiros	91,3
Busca minimizar impactos negativos e maximizar benefícios para a sociedade.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Responsabilidade Social e Comunitária	91,3
São estabelecidas políticas internas para garantir a conformidade com as normas.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Cumprimento de Leis e Normas Religiosas	91,3
Violações são corrigidas rapidamente para manter a integridade da administração.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Cumprimento de Leis e Normas Religiosas	91,3
A paróquia identifica e gerencia riscos que possam comprometer suas atividades.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Gestão de Riscos	91,3
A paróquia busca reduzir a possibilidade de problemas e seus impactos na comunidade.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Gestão de Riscos	91,3
A paróquia deve garantir que todas as informações divulgadas sejam precisas e livres de distorções.	INTEGRIDADE	Compromisso com a Verdade	91,3
Nenhuma prática de omissão ou manipulação de dados deve ser tolerada em qualquer nível organizacional.	INTEGRIDADE	Compromisso com a Verdade	91,3
Busca soluções que equilibrem os interesses da paróquia e das necessidades da comunidade local.	EQUIDADE	Relações com a Comunidade	90,4
Divulga de forma clara e acessível as decisões tomadas pela liderança da paróquia	EQUIDADE	Transparência nas Decisões Paroquiais	90,4

A paróquia monitora regularmente o cumprimento das normas estabelecidas.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Cumprimento de Leis e Normas Religiosas	90,4
Estabelece canais de comunicação acessíveis para ouvir e dialogar com a comunidade	EQUIDADE	Relações com a Comunidade	89,4
Vai além das exigências mínimas, informando sobre ações e projetos que impactam a paróquia.	TRANSPARÊNCIA	Divulgação de Informações Relevantes	89,4
Evita linguagem técnica que possa dificultar o entendimento dos fiéis.	TRANSPARÊNCIA	Clareza e Acessibilidade da Informação	89,4
A paróquia assume a responsabilidade pelos impactos sociais de suas ações.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Responsabilidade Social e Comunitária	89,4
Atua de maneira comprometida com o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da comunidade.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Responsabilidade Social e Comunitária	89,4
São estabelecidos procedimentos internos para evitar fraudes e má gestão.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Mecanismos de Controle	89,4
Implementa práticas que assegurem a igualdade de voz e participação dos membros na vida paroquial.	EQUIDADE	Proteção dos Direitos dos Membros	88,5
Busca constantemente o feedback dos fiéis para melhorar a gestão e os serviços paroquiais.	TRANSPARÊNCIA	Comunicação com os Fiéis e a Comunidade	88,5
As iniciativas sociais e comunitárias são comunicadas de forma clara aos fiéis.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Responsabilidade Social e Comunitária	88,5
As denúncias são investigadas com seriedade e as irregularidades corrigidas rapidamente.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Mecanismos de Controle	88,5
Atua para minimizar impactos negativos e maximizar benefícios para a comunidade.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Sustentabilidade	88,5
Permite que os membros avaliem a transparência e coerência das atividades desenvolvidas.	TRANSPARÊNCIA	Divulgação de Informações Não Financeiras	87,5
Apresenta comunicados e documentos de maneira simples e compreensível para todos.	TRANSPARÊNCIA	Clareza e Acessibilidade da Informação	86,5
Facilita o acesso dos fiéis aos dados administrativos por meio de reuniões abertas e prestação de contas.	TRANSPARÊNCIA	Clareza e Acessibilidade da Informação	86,5
Informa sobre projetos sociais, ambientais e educacionais promovidos pela paróquia.	TRANSPARÊNCIA	Divulgação de Informações Não Financeiras	86,5
Estabelecem mecanismos para avaliar o desempenho dos responsáveis pela gestão da paróquia.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Responsabilidade da Gestão Paroquial	86,5
Compartilha informações financeiras e operacionais de forma clara e objetiva com os fiéis.	TRANSPARÊNCIA	Divulgação de Informações Relevantes	85,6
Disponibiliza relatórios periódicos sobre a gestão dos recursos arrecadados.	TRANSPARÊNCIA	Divulgação de Informações Relevantes	84,6
Os relatórios financeiros são submetidos à avaliação de conselhos ou comitês responsáveis.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Divulgação de Relatórios Financeiros	84,6

O conselho paroquial atua de forma independente e eficaz na administração.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Governança Paroquial	84,6
Promove a inclusão e participação ativa de todos os fiéis nas decisões e atividades da paróquia.	EQUIDADE	Tratamento Justo dos Fiéis	83,7
Protege o direito dos fiéis à participação em decisões que impactam diretamente suas vivências religiosas.	EQUIDADE	Proteção dos Direitos dos Membros	83,7
Disponibiliza as informações em locais acessíveis, como murais, redes sociais e reuniões presenciais	TRANSPARÊNCIA	Clareza e Acessibilidade da Informação	83,7
São criados planos de contingência para lidar com eventos inesperados.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Gestão de Riscos	83,7
Programas de formação em ética são oferecidos para fortalecer os valores cristãos.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Ética e Integridade	82,7
Há um monitoramento contínuo dos riscos internos e externos à organização.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Gestão de Riscos	82,7
As informações contábeis são detalhadas para que os fiéis compreendam o uso dos recursos.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Divulgação de Relatórios Financeiros	81,7
A paróquia considera os impactos ambientais e sociais em suas decisões.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Sustentabilidade	81,7
Oferece canais de atendimento para esclarecer dúvidas e registrar sugestões dos fiéis.	EQUIDADE	Proteção dos Direitos dos Membros	79,8
Usa múltiplos canais para garantir que todos tenham acesso às informações divulgadas.	TRANSPARÊNCIA	Divulgação de Informações Relevantes	79,8
A paróquia divulga informações sobre a remuneração de seus líderes religiosos.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Transparência na Remuneração de Párocos	76,9
Existem canais para que os fiéis possam denunciar irregularidades de forma segura.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Mecanismos de Controle	73,1
Divulga suas ações de responsabilidade ambiental e social para a comunidade.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Sustentabilidade	72,1
A paróquia publica relatórios financeiros periódicos sobre arrecadação e despesas.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	Divulgação de Relatórios Financeiros	70,2
Busca projetos sustentáveis que envolvam os fiéis na preservação ambiental.	RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	Sustentabilidade	70,2
Busca auditorias independentes quando necessário para validar informações financeiras.	TRANSPARÊNCIA	Veracidade e Confiabilidade da Informação	68,3
Corrige imediatamente qualquer erro ou omissão nos dados divulgados à comunidade.	TRANSPARÊNCIA	Veracidade e Confiabilidade da Informação	67,1